

CLIMA

Tribunal decide que Suíça violou direitos de idosas

O mais alto tribunal de direitos humanos da Europa decidiu na terça-feira, 9, que os países devem proteger melhor seus povos das consequências da mudanças climáticas apoiando um grupo de idosas da Suíça, em uma decisão histórica que poderá ter implicações em todo o continente. O grupo foi afetado porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo. **PÁGINA 5**

CUIDADOS

Hepatites virais matam 3,5 mil por dia no mundo

As mortes por hepatites virais estão aumentando em todo o mundo e a doença já responde como a segunda principal causa infecciosa de morte no planeta, contabilizando 3,5 mil óbitos por dia e 1,3 milhão por ano - mesmo total de mortes causadas pela tuberculose. Os óbitos registrados em 187 países passaram de 1,1 milhão em 2019 para 1,3 milhão em 2022. **PÁGINA 6**

ÔNIBUS



Prefeitura de SP decreta intervenção na Transwólf

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwólf e UPBus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas. **PÁGINA 7**

PEDIDOS

Governo tenta conciliar reajustes de servidores

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, na terça-feira (9), que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos. **PÁGINA 3**

O declínio nos mercados emergentes poderia reduzir a produção em três vezes

Países emergentes têm 30% da economia global

Os mercados emergentes duplicaram a sua participação no comércio mundial tanto como exportadores quanto importadores e no investimento direto estrangeiro

Os países emergentes do G20 conseguiram abocanhar uma fatia de quase 30% da economia global e um quarto do comércio mundial. Segundo o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado na terça-feira, 9, não só a China, mas outros mercados como Índia, Brasil, Rússia e México têm tido um "papel importante" no desempenho econômico dos seus vizinhos e maior integração com o Produto Interno Bruto (PIB) mundial. O enfraquecimento da economia chinesa e de outros grandes merca-

dos emergentes é um ponto de atenção fundamental para os formuladores de políticas desses países, mas também de outros vizinhos desenvolvidos. Eles devem estar preparados para gerir maiores repercussões na economia global à medida que a influência dos mercados emergentes cresce. Por outro lado, surpresas positivas no crescimento dos países emergentes podem impulsionar maiores receitas de empresas estrangeiras em setores como os de equipamentos elétricos, máquinas e metais, que são mais dependentes da demanda dos mercados emergentes que integram o G20. **PÁGINA 2**

PUNIÇÕES



Moraes: X no Brasil tenta se 'eximir' de responsabilidades

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na terça-feira, 9, o pedido do X no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais. Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. **PÁGINA 7**

CRÍTICAS

Bolsonaristas vão à Bruxelas para denunciar tirania de

Um grupo de deputados bolsonaristas participou na terça-feira, 9, do evento intitulado "Brasil: a repressão de Lula ao Estado de Direito", realizado em Bruxelas, na Bélgica. A reunião foi impulsionada pelas críticas do dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, com denúncias de "censura" e "perseguição política". **PÁGINA 7**

AMAZÔNIA



O PROGRAMA UNIÃO COM MUNICÍPIOS PELA REDUÇÃO DO DESMATEAMENTO E INCÊNDIOS FLORESTAIS NA AMAZÔNIA, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate ao desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na Amazônia. "Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade", disse. **PÁGINA 8**

IBOVESPA 129.890,37 ↑ 0,80%

Maiores Altas				Maiores Baixas			
	PREÇO - R\$	%	OSCIL.		PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VAMOS ON NM	8.670	+5,47%	+0,450	CVC BRASIL ON NM	2,60	-2,62%	-0,07
ASSAI ON NM	14.660	+3,82%	+0,540	MRV ON NM	7,40	-1,33%	-0,10
JBS ON NM	22,41	+3,99%	+0,86	SID NACIONAL ON	15,10	-1,56%	-0,24
COGNA ON ON NM	2,35	+2,62%	+0,06	TOTVS ON NM	28,08	-1,20%	-0,34
AZUL PN N2	13,71	+3,08%	+0,41	CARREFOUR BRON NM	13,48	-1,39%	-0,19

DÓLAR COMERCIAL			
COMPRA	VENDA		
5,007	5,007	↓ -0,47%	

PESO			
COMPRA	VENDA		
0,006	0,006	↓ -1,05%	

EURO			
COMPRA	VENDA		
5,007	5,007	↓ -0,48%	

LIBRA			
COMPRA	VENDA		
6,349	6,353	↓ -0,16%	

BOLSAS NO MUNDO		
	FECHAMENTO	%
DOW JONES	38.883,67	-0,023%
S&P 500	5.209,91	+0,14%
NASDAQ	16.306,64	+0,32%
DAX 30	18.076,69	-1,32%
FTSE 100	7.934,79	-0,11%
IBEX 35	10.816,00	-0,88%

OURO	
BM&FBovespa/Grama	Comex NY/Onça
R\$ 381,82	2.352,67

COMÉRCIO

Países emergentes aumentam influência e detêm 30% do PIB

O enfraquecimento da economia chinesa e de outros grandes mercados emergentes é um ponto de atenção fundamental para os formuladores de políticas desses países, mas também de outros vizinhos

Após duas décadas de "crescimento impressionante", os países emergentes do G20 conseguiram abocanhar uma fatia de quase 30% da economia global e um quarto do comércio mundial, aponta relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado na terça-feira, 9.

Não só a China, mas outros mercados como Índia, Brasil, Rússia e México têm tido um "papel importante" no desempenho econômico dos seus vizinhos e maior integração com o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, segundo o organismo, com sede em Washington DC, nos Estados Unidos.

"A economia global é cada vez mais influenciada pelos grandes mercados emergentes do G20", afirmam Nicolas Fernandez-Arias, Alberto Musso, Carolina Osorio-Buitron e Adina Popescu, ao comentarem o estudo, parte do relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), que será divulgado na próxima semana como parte das reuniões anuais do Fundo.

Segundo eles, desde a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, os mercados emergentes do G20 duplicaram a sua participação no comércio mundial tanto como exportadores quanto como importadores, e no investimento direto estrangeiro. Como resultado, as economias emergentes estão hoje "muito integradas" nos mercados globais e com o poder de gerar maiores "repercussões" para o resto do mundo.

"Como a sua participação no PIB mundial mais do que duplicou desde 2000, a Argentina, o Brasil, a China, a Índia, a Indonésia, o México, a Rússia, a Arábia Saudita, a África do Sul e a Turquia continuaram a integrar-se na economia global - nomeada-



Estudo do FMI indica que o declínio da produtividade nos mercados emergentes do G20 poderia reduzir a produção global três vezes mais do que teria sido em 2000

mente através do comércio e das cadeias globais", reforçam Fernandez-Arias, Musso, Osorio-Buitron e Popescu.

Nesse sentido, avaliam os autores do estudo do FMI, o enfraquecimento da economia chinesa e de outros grandes mercados emergentes é um ponto de atenção fundamental para os formuladores de políticas desses países, mas também de outros vizinhos desenvolvidos. Eles devem estar preparados para gerir maiores repercussões na economia global à medida que a influência dos mercados emergentes cresce, alertam.

"As repercussões do crescimento dos choques internos nos

mercados emergentes do G20 aumentaram ao longo das últimas duas décadas e são agora comparáveis às das economias avançadas", comparam os autores.

Estudo do FMI indica que o declínio da produtividade nos mercados emergentes do G20 poderia reduzir a produção global três vezes mais do que teria sido em 2000.

Por outro lado, surpresas positivas no crescimento dos países emergentes podem impulsionar maiores receitas de empresas estrangeiras em setores como os de equipamentos elétricos, máquinas e metais, que são mais dependentes da demanda dos mercados emer-

gentes que integram o G20.

O FMI mostrou ainda que bancos, seguradoras e gestoras de ativos sofreram mais de 20 mil ataques cibernéticos nas últimas décadas e que geraram perdas de US\$ 12 bilhões ao setor financeiro global. O número de incidentes mais que dobrou desde a pandemia e representa uma ameaça crescente à estabilidade financeira mundial.

"Os ataques a empresas financeiras são quase um quinto do total, dos quais os bancos são os mais expostos", afirmam Fabio Natalucci, Mahvash Qureshi e Felix Suntheim, autores do estudo parte do Relatório de Estabilidade Financeira Global (GFSR, na sigla em inglês) do

organismo, que será publicado na próxima semana, em paralelo às suas reuniões de Primavera.

Segundo eles, a dimensão de perdas extremas mais que quadruplicou desde 2017, para US\$ 2,5 bilhões. E perdas indiretas, como danos à reputação ou atualizações de segurança, são "substancialmente maiores".

Natalucci, Qureshi e Suntheim consideram os incidentes cibernéticos uma "ameaça grave" à estabilidade uma vez que o setor financeiro é exposto a dados sensíveis, elevados níveis de concentração e uma forte interligação, incluindo conexões com a economia real. Alertam ainda para um "risco elevado" e que pode ameaçar

a resiliência operacional das instituições financeiras, causando impactos negativos para a estabilidade macrofinanceira global.

Conforme o estudo do FMI, instituições financeiras baseadas em economias avançadas estão mais expostas do que aquelas situadas em países emergentes e em desenvolvimento. Apesar disso, o número de eventos tem crescido de um lado ao outro do planeta.

O JPMorgan Chase, maior banco do mundo em ativos, informou recentemente que enfrenta 45 bilhões de eventos cibernéticos por dia, enquanto gasta US\$ 15 bilhões com tecnologia por ano. Em outro incidente, o Commercial Bank of China sofreu um ataque, em novembro do ano passado, que prejudicou temporariamente as negociações no mercado de Títulos, que são os títulos do Tesouro dos EUA.

"Embora os incidentes cibernéticos não tenham até agora sido sistêmicos, eventos nas principais instituições financeiras podem representar uma ameaça grave à estabilidade macrofinanceira através da perda de confiança, da perturbação de serviços críticos e devido à interligação tecnológica e financeira", atentam os autores do estudo do FMI.

O Fundo reconhece maiores esforços globais para mitigar os riscos cibernéticos no universo financeiro tanto em países desenvolvidos como nos emergentes, mas alerta para a necessidade de melhorias. Dentre as formas de proteção, o estudo do FMI cita o uso de seguros, cuja adoção cresceu, mas as coberturas ainda continuam baixas, sendo 60% abaixo de US\$ 1 milhão.

"Dada a natureza global e as implicações sistêmicas dos ataques cibernéticos, a coordenação transfronteiriça é crucial para mitigar os riscos cibernéticos", conclui o Fundo.

CURADORIA

IA inventa informações sobre o eclipse solar e ataque a Israel no X

Quando anunciou sua inteligência artificial (IA), Grok, Elon Musk destacou que uma das vantagens do chatbot em relação ao ChatGPT era sua capacidade de comentar eventos em tempo real, com base em "informações" atualizadas, presentes em sua rede social X (antigo Twitter). Contudo, a IA tem feito confusão entre o que é fato, piada e especulação, gerando fake news.

A IA, disponível para usu-

ários premium do X, gerou uma "notícia" sobre o eclipse solar da última segunda-feira, 9, intitulada "Comportamento estranho do sol: especialistas perplexos". O texto diz que o astro tem gerado "preocupação e confusão generalizada entre o público geral", mencionando que algumas pessoas estavam relatando seu desaparecimento.

A "notícia" foi promovida oficialmente pela plataforma

para contextualizar o eclipse solar, que pôde ser visto pelo público em países da América do Norte e se tornou um dos tópicos em alta durante a segunda-feira na rede social.

"Apesar da preocupação crescente do público, não houve declarações oficiais ou explicações de autoridades científicas sobre o estado atual do sol", afirmou o texto gerado por IA. Abaixo, em letras pequenas, há um aviso

de que o Grok é um recurso inicial e que pode cometer erros.

O que fica evidente é que a inteligência artificial gerou a notícia falsa com base em piadas feitas por usuários do X sobre o eclipse solar, sem ser capaz de identificar o tom humorístico das postagens.

Na semana anterior ao eclipse, o Grok gerou outra fake news, na qual afirmava que o Irã havia lançado um ata-

que a Israel. A informação foi promovida oficialmente pela plataforma. Embora tenha havido tensões entre os países após um ataque de Israel ter matado dois generais iranianos, a retaliação do Irã nunca aconteceu.

As fake news geradas pela IA apareceram na seção "Explorar" da plataforma, servindo de texto de apoio para tópicos em alta (trending topics).

Antes da rede social ter

sido comprada por Musk, o Twitter mantinha uma equipe de moderadores humanos, inclusive no Brasil, que fazia uma curadoria de notícias e produzia conteúdos para dar contexto aos acontecimentos. Após a compra da rede pelo bilionário, os editores humanos foram dispensados.

Recentemente, em 5 de abril, um dia antes de começar as provocações a Alexandre de Moraes, Musk postou: "Pressione o botão buscar para ver notícias em tempo real personalizadas para você, criadas por Grok AI".

Desde então, a plataforma passou a incorporar textos gerados pela IA, sem revisão humana, para contextualizar eventos em tempo real, com base no que é postado pelos próprios usuários.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ARRECAÇÃO

Distribuição dos dividendos da Petrobras ainda divide ministros

Se o pagamento for integral, serão R\$ 12,6 bilhões para União, que é a principal acionista. A cifra ajudará a equipe econômica a compensar a perda de arrecadação



Paulo Pinto - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria defendido ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o pagamento de 100% dos dividendos extraordinários, que totalizam R\$ 43,9 bilhões

A decisão sobre o pagamento integral ou parcial dos dividendos extraordinários da Petrobras está atrelado ao plano de investimentos da estatal. O governo ainda não definiu de que forma fará a distribuição e o assunto poderá acabar sendo definido pelo conselho administrativo da empresa.

Segundo informações que circularam na tarde de segunda-feira, 8, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria defendido ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o pagamento de 100% dos dividendos extraordinários, que totalizam R\$ 43,9 bilhões.

Já o Ministério de Minas e Energia (MME), comandado por Alexandre Silveira, e a Casa Civil, de Rui Costa, teriam defendido a distribuição de apenas 50% da soma. Nessa ala, prevalece a avaliação de que é mais realista convencer o presidente a adotar esse meio-termo.

Nas conversas internas da Fazenda, o clima é de torcida: tanto para que a distribuição se confirme como para que ocorra o mais rapidamente possível.

Se o pagamento for integral, seriam R\$ 12,6 bilhões devidos à União, que é a principal acionista da estatal. A cifra, se confirmada, ajudará a equipe econômica a compensar a perda de arrecadação com a desoneração dos municípios e aumentará as chances de o governo abrir, em maio, um crédito para gastos extras de até R\$ 15,7 bilhões.

Na manhã de segunda-feira, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, disse não ser segredo o interesse na distribuição dos dividendos "dentro das regras do jogo". "Se fizer sentido para o melhor interesse da empresa e do governo, interessa sim que seja distribuído conforme as regras do jogo", afirmou. "Não acho que deva haver nenhum tratamento dissonante ao que a regra já prevê."

A proposta do governo para

VOLATILIDADE

Defasagem do preço da gasolina pode ser nova dor de cabeça para a Petrobras

A defasagem do preço da gasolina vendida no Brasil em relação ao mercado internacional recuou ligeiramente nos últimos dias, mas permanece alta, registrando 16% na média dos principais polos de importação do País, contra os 19% da véspera. O preço vem sendo afetado também pela desvalorização do real frente ao dólar, e pode se tornar uma nova dor de cabeça para a Petrobras.

A estatal está há 172 dias sem reajustar a gasolina e, de acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), por 64 dias a janela de importação esteve totalmente fechada. No caso do diesel, apesar de uma defasagem menor, de 11% na média, são 105 dias sem aumento e sem importações. O movimento acompanha a alta do petróleo tipo Brent, que entre leves altas e baixas tem se situado em torno dos US\$ 90 o barril.

Já a Acelen, que controla a Refinaria de Mataripe, na Bahia, tem realizado reajustes semanais e registra a metade da

defasagem da Petrobras: 8% tanto para gasolina como para o diesel, segundo a Abicom.

A Petrobras adotou em maio do ano passado uma nova estratégia para os reajustes dos combustíveis, abandonando a política de paridade de importação (PPI) implantada na gestão de Pedro Parente à frente da estatal, em 2016.

Segundo a companhia, eventuais reajustes obedecem a critérios técnicos e são de responsabilidade da diretoria. Eventualmente, o Conselho de Administração da empresa pode solicitar explicações sobre a evolução dos preços, o que deve ocorrer na próxima reunião.

Todo mês é realizada uma apresentação sobre a situação dos preços dos combustíveis aos conselheiros, o que é considerado rotina na companhia.

Embates políticos nos últimos dias, que indicavam uma possível demissão do presidente da companhia, Jean Paul Prates, no entanto, devem ajudar a segurar uma eventual alta da gasolina nas refinarias da estatal. Um

aumento no preço dos combustíveis, neste momento, abriria margem para mais ataques contra Prates.

"O que nos preocupa, no momento, é que, o maior embate entre a companhia e o governo pode tirar poder de manobra para a companhia seguir executando a sua atual política de preços como fez ao longo de 2023", avaliou o analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos. "Vemos, por exemplo, a defasagem na gasolina ultrapassando com facilidade os dois dígitos percentuais frente aos preços no Golfo e acreditamos que embates políticos como estes podem diminuir o capital político necessário para a empresa seguir conduzindo a sua política de preços como vêm fazendo desde a sua criação no ano passado", complementou.

Segundo fontes, a próxima reunião do Conselho será no dia da Assembleia Geral Ordinária da companhia, em 25 de abril, mas nada impede que o órgão solicite uma apresentação extraordinária sobre os preços.

a distribuição dos proventos gira em torno do debate sobre a disponibilidade de recursos para a estatal tocar seu plano de investimentos. No período da tarde de segunda-feira, Haddad afirmou que o caixa da petroleira está robusto, mas lembrou também que o plano da empresa é um desafio porque a companhia estava "dilapidada".

Ele disse que tem levado informações ao presidente Lula sobre a situação do caixa da Petrobras. No mercado financeiro, a percepção é de que a Petrobras tem mantido resultados sólidos, com lucros expressivos, aumento de investimentos e manutenção da dívida em patamares baixos.

Assim, o entendimento entre investidores é de que a decisão de reter os recursos foi estritamente política,

já que a empresa teria capacidade de investir, gerar lucro e remunerar os acionistas ao mesmo tempo.

Na reunião de março, o Conselho da estatal decidiu pela retenção dos dividendos extraordinários, deixando evidentes as divergências dentro da gestão petista. Enquanto os ministros Alexandre Silveira e Rui Costa opinaram, à época, por não fazer a distribuição, Prates defendeu o pagamento de 50%.

Em meio à crescente tensão, Prates agora aguarda uma decisão de Lula sobre sua permanência ou saída do cargo - a expectativa é de um desfecho nos próximos dias.

Em reunião no fim de março, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou duas indicações recebidas pelos acionistas minoritários: do atual conselheiro Francisco Petros Oliveira Lima Papatha-

nasiadis e do novato Aristóteles Nogueira Filho como membros independentes. Ambos já haviam sido aprovados pelo Comitê de Pessoas (Cope) da estatal.

Nogueira Filho teve a indicação de um pool de fundos, entre os quais Opportunity, XP e Ibiúna. Já Petros teria a confiança de importantes investidores estrangeiros.

Petros se absteve da votação, segundo ata da reunião publicada pela Petrobras. De acordo com o documento, os demais conselheiros "acolheram e acompanharam integralmente as análises do Comitê de Pessoas/Elegibilidade acerca das indicações ora submetidas para apreciação" e aprovaram os dois nomes, que serão levados à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Petrobras, em 25 de abril próximo.

O Conselho de Administração da Petrobras é formado por 11 membros, sendo quatro indicados pelos acionistas minoritários e seis pelo governo. A 11ª cadeira é ocupada pela representante dos empregados, Rosângela Buzanelli, que deverá ser reconduzida ao cargo.

Até o momento, os indicados da União são o presidente da estatal, Jean Paul Prates, além de Pietro Adamo Sampaio Mendes, Benjamin Alves Rabello Filho Membro, Bruno Moretti Membro, Ivanyra Maura de Medeiros Correia, Rafael Ramalho Dubeux, Renato Campos Galuppo e Vitor Eduardo de Almeida Saback.

Já do lado dos minoritários, além de Petros e Aristóteles, devem ser reconduzidos o advogado Marcelo Gasparino e o empresário Juca Abdalla.

DEMANDAS

Governo tenta conciliar reajustes de servidores

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, afirmou, na terça-feira (9), que o governo federal tem feito um esforço para conciliar os reajustes dos servidores com outras demandas de recursos.

"A gente sabe que a negociação nem sempre vai ser o que a categoria quer, nem sempre é o que o governo propõe inicialmente", disse a ministra, ao visitar um condomínio gerido por movimentos de moradia na capital paulista.

Esther Dweck destacou que se trata de um processo demorado, para o qual espera "uma conclusão bastante frutífera".

A ministra ressaltou que existe uma disputa pelo orçamento público e que, além de recuperar o poder de compra dos funcionários públicos, o governo tem trabalhado para recompor os recursos para outras áreas que ficaram defasadas ao longo dos últimos anos.

"Esta foi uma das primeiras medidas: reestruturação do Bolsa Família. E isso, obviamente, consome uma parte do orçamento, restituir os mínimos condicionais de saúde e educação, isso foi algo extremamente importante", enfatizou.

De acordo com Esther Dweck, a área técnica do ministério tem trabalhado para apresentar propostas às categorias que têm reivindicado negociações. "Não tem nenhuma mesa de negociação parada. Às vezes, demora a nossa resposta, mas não quer dizer que, internamente, não estejamos trabalhando. Nossa área que faz isso é pequena, exige uma mão de obra extremamente qualificada, que conheça cada categoria para ver o que de fato é interessante, como melhorar aquela categoria", afirmou.

Diante da dificuldade de obter recursos para promover reajustes, a ministra disse que o governo propôs melhorias em benefícios, como os auxílios alimentação e creche. "Não é aumento de salário, ninguém está confundindo benefícios com remuneração, mas foi uma maneira de pegarmos o orçamento deste ano, que estava impactado pelos 9% de reajuste concedido aos servidores a partir de maio do ano passado."

Desde a semana passada, diversas carreiras do serviço público federal têm feito paralisações e iniciado greves reivindicando aumento na remuneração.

A ministra disse ainda que imóveis sem uso em grandes cidades podem ser destinados à habitação social. Segundo a ministra, a ideia é aproveitar especialmente edifícios bem localizados em regiões centrais.

"Os centros são espaços onde você já tem toda a infraestrutura pronta, você reduz o tempo de transporte de uma qualidade de vida sem precedentes. Quem mora no centro de uma cidade, está próximo do seu lugar de trabalho", disse ao visitar o projeto Dandara. O edifício da União foi declarado de interesse público em 2013 e atualmente abriga 120 unidades habitacionais no centro de São Paulo.

A reforma do edifício foi feita pela Unificação das Lutas de Cortiços e Morádias a partir do programa Minha Casa Minha Vida Entidades. As famílias passaram a morar no local em 2018 e em dezembro de 2023 receberam as matrículas individualizadas entregues pela Secretaria de Patrimônio da União.

A utilização de prédios prontos, que precisam ser apenas reformados e adaptados, ajuda, segundo a ministra, a reduzir os custos para produção de moradia. "A gente sabe que um imóvel da União pode baratear muito o Minha Casa Minha Vida", enfatizou.

O Dandara é ainda, de acordo com Esther Dweck, um exemplo da capacidade dos movimentos sociais de construção.

REANCORAGEM

Mercado eleva a previsão de alta da inflação para 3,76%

Considerando as 53 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis pelo Relatório de Mercado Focus, a mediana de inflação para 2024 passou de 3,74% para 3,76%

A expectativa para a inflação deste ano foi revisada no Relatório de Mercado Focus, divulgado na terça-feira, 9, pelo Banco Central. A projeção de 2024 passou de 3,75% para 3,76%. Um mês antes, a mediana era de 3,77%.

Para 2025, o foco principal da política monetária, a projeção passou de 3,51% para 3,53%. Considerando as 53 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para 2024 passou de 3,74% para 3,76%. Para 2025, a projeção passou de 3,54% para 3,60%, considerando 53 atualizações no período.

Para 2026, a projeção continuou em 3,50% pela 40ª semana consecutiva - seguindo a reancoragem apenas parcial destacada pelo BC, após a manutenção da meta de inflação em 3,0% para este e os próximos anos. No horizonte mais longo, de 2027, a estimativa seguiu em 3,50%, como também está há 40 semanas.

As estimativas do Relatório de Mercado Focus continuam acima do centro da meta para a inflação, de 3,00%.

O IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta (4,75%, para um centro de 3,25% no ano passado), evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo, depois de 2021 e 2022.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em março projeção de 3,5% para o IPCA de 2024, igual à das reuniões anteriores, de dezembro e janeiro. Para 2025, também seguiu em 3,2%.

O Relatório de Mercado Focus divulgado pelo BC elevou



Supermercado: o IPCA de 2023 ficou em 4,62%, abaixo do teto da meta, evitando o estouro do objetivo a ser perseguido pelo BC pelo terceiro ano consecutivo

pela oitava semana consecutiva a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2024. A mediana para a alta da atividade deste ano passou de 1,89% para 1,90%, ante 1,78% de um mês atrás. Considerando apenas as 33 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2024 passou de 1,89% para 2,02%.

Para 2025, o documento trouxe manutenção na estimativa de crescimento do PIB em 2,00%, como já está há 17 semanas. Considerando as 32 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB de 2025 também seguiu em 2,00%.

Em relação a 2026, a mediana continuou em 2,00% pela 35ª

semana consecutiva. O Boleim ainda trouxe a estimativa de crescimento para 2027, que se mantém em 2,00% por 37 semanas.

A expectativa do Ministério da Fazenda para o crescimento do PIB de 2024 é de 2,2%. Já no Banco Central, a projeção atual é de avanço de 1,9% neste ano, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março.

O mercado manteve em 9,00% ao ano a mediana do Relatório de Mercado Focus para Selic no encerramento de 2024 pela 15ª semana consecutiva, conforme divulgação do Banco Central na terça-feira. Considerando apenas as 45 respostas dos últimos cinco dias úteis, a

mediana para o fim de 2024 também seguiu em 9,00% ao ano.

O Copom cortou a Selic pela sexta vez consecutiva em 0,50 ponto porcentual, para 10,75% ao ano em março. O colegiado mudou a sinalização e indicou que o ritmo de corte de 0,50 ponto porcentual continua sendo o mais apropriado para a próxima reunião - no singular, e não no plural.

No encontro de março, o Copom repetiu que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de

inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.

No Relatório de Mercado Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 8,50%, como já está há 18 semanas.

Considerando apenas as 44 respostas dos últimos cinco dias úteis, a mediana para o fim de 2025 passou de 8,50% ao ano para 8,75%.

Para 2026, a projeção seguiu em 8,50% pela 36ª semana consecutiva. Para 2027, a estimativa também seguiu em 8,50%, onde se mantém por 35 semanas.

O cenário esperado para o câmbio brasileiro ficou estável

no Relatório de Mercado Focus divulgado nesta terça-feira pelo Banco Central. A estimativa para o câmbio no fim de 2024 permaneceu em R\$ 4,95, ante R\$ 4,93 de um mês antes.

Para 2025, a mediana continuou em R\$ 5,00 pela 13ª semana seguida.

A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020.

Com isso, o BC espera trazer maior precisão para as projeções cambiais do mercado financeiro.

O Relatório de Mercado Focus divulgado pelo Banco Central manteve a projeção de rombo fiscal de 2024. Para o déficit primário em relação ao PIB deste ano, a mediana seguiu em 0,70%, de 0,79% há um mês.

O relatório bimestral de despesas e receitas divulgado em março revisou o resultado primário para um déficit de R\$ 9,3 bilhões (0,1% do PIB). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já avisou que o governo "difícilmente chegará à meta zero", até porque o chefe do Executivo "não quer fazer cortes em investimentos e obras".

Já a estimativa do Focus para o déficit nominal em 2024 seguiu em 6,90% do PIB, o mesmo patamar de um mês atrás. O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após o gasto com juros e outras despesas financeiras.

A estimativa para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB em 2024 seguiu em 63,85%, ante 63,34% de um mês atrás.

Para 2025, o déficit primário esperado pelo mercado seguiu em 0,60% do PIB pela 11ª semana seguida. O novo arcabouço fiscal aprovado no ano passado prevê uma meta de superávit primário de 0,5% do PIB no próximo ano, mas o governo estuda mudar a meta para algo entre 0,0% e 0,25% do PIB.

O déficit nominal projetado para 2025 passou de 6,29% para 6,30% do PIB, ante 6,30% de um mês atrás. A estimativa para a dívida líquida no próximo ano seguiu em 66,42% do PIB, ante 66,50% de quatro semanas antes.

DIREITO EMPRESARIAL

por
Cesar Fueta



Pós-graduado em direito empresarial e direito digital, mestrando em análise econômica do direito, advogado de empresa pública e sócio do escritório Valadares e Fueta Advogados

UMA VISÃO ESTRATÉGICA DO CAPITAL SOCIAL NO CONTROLE SOCIETÁRIO

NUMA SOCIEDADE LIMITADA, é nítido o papel do capital social como a estrutura financeira inicial da empresa. Porém, existe um papel extremamente relevante do capital social no que se refere às dinâmicas de poder e de controle dentro da sociedade. Neste artigo, convidamos o leitor a entender o que é o capital social e como seu aumento pode representar uma mudança no controle societário de uma limitada.

O CAPITAL SOCIAL É O VALOR total de bens que os sócios transferem para a sociedade em troca da participação societária. Este montante, expresso monetariamente, é destinado à formação do patrimônio inicial da sociedade, servindo como base do seu funcionamento e desenvolvimento das atividades empresariais.

NA FORMAÇÃO DO CAPITAL social, qualquer bem com apreciação econômica pode ser utilizado. Portanto, estamos falando aqui de bens como imóveis, dinheiro, marca, veículos. Qualquer desses bens pode fazer parte do capital social da sociedade limitada.

OUTRO ASPECTO IMPORTANTE sobre o capital social é sua constituição é realizada por meio da transferência de bens para a sociedade em troca de participação societária (cotas). Trata-se, assim, de um ato de compra e venda. Isso quer dizer que a sociedade passa a ser a dona do bem transferido pelo sócio e deve seguir as formalidades de alienação de um bem. Desse modo, se o bem integralizado é um imóvel, é necessária a alteração na matrícula do imóvel perante o competente registro imobiliário para que a sociedade passe a constar como proprietária. Se a integralização ocorreu em dinheiro,

é necessário transferir os valores para a conta bancária da empresa.

CONSIDERANDO ESSES aspectos do capital social, podemos notar que sua relevância tem reflexos para os credores. Afinal, o capital social representa um parâmetro de proteção aos credores, uma garantia que permite dimensionar o potencial financeiro da sociedade. É um indicador de credibilidade e de estabilidade da empresa perante o mercado.

NO ENTANTO, HÁ UM aspecto do capital social que pode afetar diretamente a relação entre os sócios e que nem sempre é percebida pelos empresários. Falamos aqui da utilização do capital social como ferramenta para aquisição de controle da sociedade. Vamos nos aprofundar um pouco mais sobre essa tomada de controle da empresa, também chamada de take over, estratégia que envolve a compra ou aumento de participação societária a um ponto em que um sócio ou um grupo de sócios obtém o controle majoritário, permitindo-lhes influenciar decisivamente nas decisões empresariais e na direção estratégica da sociedade.

FREQUENTEMENTE, A aquisição do controle societário por aumento de capital social tem início quando a sociedade necessita de um aporte financeiro. Isso pode acontecer em vários momentos da vida empresarial: a injeção de capital pode servir como investimento para expansão dos negócios, mas também pode ser necessária para cobrir prejuízos acumulados. Qualquer que seja o motivo, há várias opções de capitalização para a sociedade, como o mútuo e o empréstimo bancário. O aumento do capital social é apenas

mais uma dentre as opções existentes.

PARA QUE HAJA O AUMENTO do capital social, é necessário obedecer a alguns requisitos e procedimentos. Um deles é a necessidade de prévia deliberação para autorizar este aporte. Por isso, é imprescindível a reunião dos sócios para tratar desse assunto e, se for o caso, concluir pela autorização do aumento de capital social. Outro requisito refere-se ao quórum de aprovação. É necessário que esta deliberação seja aprovada por mais da metade do capital social, caso não haja quórum diferenciado no contrato social. Por fim, o aumento do capital social é realizado por meio de uma alteração do contrato social e que, desse modo, deve ser devidamente registrada no órgão competente.

O CÓDIGO CIVIL PREVÊ, ainda, que no caso de aumento do capital social, os sócios têm preferência para adquirir as novas cotas. No entanto, o sócio não é obrigado a participar do aporte. O sócio que não contribuiu para o aumento do capital social corre o risco de ter sua participação severamente diluída, podendo ver reduzido ou até mesmo perder o poder decisório em deliberações societárias.

LOGO, O AUMENTO DO CAPITAL social implica na diluição da participação daqueles que não aderiram ao aporte. Ao mesmo tempo, ele representa a aquisição de maior participação societária daqueles que efetivamente realizaram um investimento na empresa. É nesse cenário de mudança da participação societária - com a diluição de uns e com o aumento de outros - que surge a oportunidade da tomada de controle da empresa.

EXISTEM ALGUMAS OPÇÕES para os sócios que deliberaram contra o aumento do capital social, mas que não pretendem continuar na empresa com sua participação societária diluída e sem efetivo poder decisório. Uma das opções é a possibilidade de notificar os demais sócios para que não seja realizado aumento de capital social desnecessário, sem qualquer fundamento que justifique este incremento. Com isso, na ausência de qualquer razão que comprove que o aumento do capital social era imprescindível, a assembleia pode ser anulada judicialmente. Outra opção viável para o sócio que não participou do aumento do capital social é exercer o direito de retirada da sociedade, solicitando a apuração de haveres. Nessa opção, a jurisprudência tem entendido que, na omissão do contrato social, a apuração é realizada desconsiderando o aumento do capital, ou seja, levando-se em conta o valor patrimonial da sociedade no momento da retirada.

OS SÓCIOS, PORTANTO, precisam estar muito atentos para as deliberações sobre aumento do capital social. Afinal, não se trata de mera formalidade para a injeção de investimentos na sociedade, mas sim uma alteração contratual que pode gerar a mudança da dinâmica decisória numa sociedade.

O CAPITAL SOCIAL É UM instrumento dinâmico de gestão empresarial e uma peça essencial no jogo de poder dentro das limitadas. Ao considerar o aumento do capital social, todos os envolvidos devem avaliar cuidadosamente as suas implicações, buscando preservar o equilíbrio entre o investimento e o controle na empresa.

MEIO AMBIENTE

Suíça violou direitos de idosas ao não conter mudanças climáticas

O grupo de idosas argumentou que elas foram particularmente afetadas porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo que está se tornando mais frequente

O mais alto tribunal de direitos humanos da Europa decidiu na terça-feira, 9, que os países devem proteger melhor seus povos das consequências da mudança climática apoiando um grupo de idosas da Suíça, em uma decisão histórica que poderá ter implicações em todo o continente.

O Tribunal Europeu de Direitos (TEDH) Humanos deu razão à associação suíça "Idosas pela Proteção do Clima", mas rejeitou outras duas demandas similares, apresentadas por seis jovens portugueses contra 32 países e por um ex-prefeito francês, que procurava forçar os governos a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

O caso suíço, no entanto, era muito aguardado por estabelecer jurisprudência para os 46 países membros do Conselho Europeu. A associação suíça, formada por 2,5 mil mulheres com média de idade de 73 anos, denunciou ao tribunal com sede em Estrasburgo, nordeste da França, que as "deficiências" da Suíça em termos de proteção climática "prejudicam gravemente o seu estado de saúde".

A corte considerou que a Suíça violou o artigo 8 da Convenção, que aborda o "direito ao respeito à vida privada e familiar", assim como o artigo 6 sobre o "direito a um processo equitativo" e o TEDH interpretou que artigo 8 da Convenção consagra o direito a uma proteção eficaz por parte das autoridades



Idosas recebem aval do Tribunal da Suíça, que reconheceu o direito fundamental a um clima saudável e que o país tome medidas ambiciosas para proteger a saúde

des contra os graves efeitos adversos da mudança climática para a vida, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

O grupo de idosas argumentou que elas foram particularmente afetadas porque as mulheres mais velhas são mais vulneráveis ao calor extremo que está se tornando mais frequente. "O tribunal reconheceu o nosso direito fundamen-

tal a um clima saudável e a que o nosso país faça o que não conseguiu fazer até agora: isto é, tomar medidas ambiciosas para proteger a nossa saúde e proteger o futuro de todos", disse Anne Mahrer, membro do grupo.

A Suíça disse que estudaria a decisão para ver quais medidas seriam necessárias. "Temos que, de boa fé, imple-

mentar e executar a sentença", disse Alain Chablais, que representou o país nas audiências do ano passado, à Associação Press.

A juíza Siofra O'Leary, presidente do tribunal, sublinhou que caberia aos governos decidir como abordar as obrigações relativas às alterações climáticas.

A famosa ativista climática

Greta Thunberg estava no tribunal quando a decisão foi anunciada. "Essas decisões são um apelo à ação. Eles sublinham a importância de levar os nossos governos nacionais a tribunal", disse o sueco de 21 anos à AP.

A jornada foi agredida por outros demandantes, em particular o caso do grupo de jovens portuguesas com ida-

des entre 12 e 24 anos. "A vitória delas (das suíças) também é uma vitória para nós e uma vitória para todos o mundo", declarou a portuguesa Sofia Oliveira, de 19 anos, "decepcionada" com o revés em seu caso.

Após os incêndios que devastaram Portugal em 2017 e mataram mais de 100 pessoas, Sofia e outros cinco jovens decidiram levar ao tribunal de Estrasburgo todos os países da União Europeia, além de Noruega, Suíça, Turquia, Reino Unido e Rússia, por sua inação contra a mudança climática.

Mas os magistrados rejeitaram a ação por um vício processual, porque o grupo não esgotou previamente os recursos judiciais em seu país, segundo a decisão lida pela presidente do TEDH, Siofra O'Leary.

No caso do ex-prefeito ecologista de Grande-Synthe, Damien Carême, que denunciou a França no tribunal, ele não foi reconhecido como vítima por residir atualmente na Bélgica como euro-deputado.

Carême, que teme que sua localidade acabe sob as águas do Mar do Norte, já havia apresentado o caso como prefeito em 2019 ao Conselho de Estado francês, que deu razão à prefeitura em julho de 2021, mas rejeitou sua demanda individual.

A decisão foi divulgada no mesmo dia em que observatório europeu do clima Copernicus alertou que o mundo registrou um recorde de calor pelo 10º mês consecutivo em março.

BCE

Bolsas da Europa fecham na maioria em baixa, em um dia de agenda fraca

Os mercados acionários da Europa chegaram a exibir quadro misto em parte do dia, mas tiveram fechamento em grande medida negativo, com perdas de pouco mais de 1% em Frankfurt e Milão. Em uma terça-feira de agenda fraca, havia mais expectativa pelo índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, que sai na quarta-feira, 10, e pela decisão de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), na quinta-feira, 11.

Na Bolsa de Londres, o índice FTSE 100 fechou em baixa de 0,11%, em 7.934,79 pontos. Entre ações de peso, no setor bancário Barclays recuou 2,22%. Já BP avançou 1,31%, após a empresa estimar que sua produção de petróleo e gás cresceu no primeiro trimestre, favorecendo os lucros. As cotações são preliminares.

Mineradoras também se saíram bem, apoiadas pelos ganhos recentes do cobre e também do ouro, com Glencore em alta de 1,33% e BHP, de 0,85%.

Na Bolsa de Frankfurt, o índice DAX caiu 1,32%, a 18.077,69 pontos. Em Paris, o CAC 40 recuou 0,86%, a 8.049,17 pontos. Na Bolsa de Milão, o FTSE MIB cedeu 1,08%, a 33.946,29 pontos. Em Madri, o índice Ibex 35 fechou em baixa de 0,88%,



Na Bolsa de Londres, o índice FTSE 100 fechou em baixa de 0,11%, em 7.934,79 pontos. Entre as ações de peso, no setor bancário Barclays recuou 2,22%

em 10.816,00 pontos. Já em Lisboa, o PSI 20 foi na contra-mão da maioria e subiu 0,17%, a 6.275,83 pontos.

A piora nos mercados acionários ocorreu mais para o fim do pregão europeu, também em meio a uma perda de força vista nas bolsas de Nova York.

Há expectativa dos dois lados do Atlântico pelo CPI dos EUA de março, que sai na quarta-feira e pode trazer nova sinalização sobre a trajetória dos juros no país.

Na zona do euro, o mercado avalia que o BCE manterá os juros na quinta-feira, mas sina-

lize que um corte está mais perto de se concretizar. O Rabobank e a Capital Economics, por exemplo, comentavam que o BCE iria abrir caminho para uma redução dos juros em junho.

As bolsas da Ásia e do Pacífico fecharam majoritariamente em alta na terça-feira, com investidores à espera de novos dados da inflação dos Estados Unidos para avaliar a trajetória dos juros básicos norte-americanos.

Liderando os ganhos na região asiática, o índice Taiex avançou 1,85% em Taiwan, a 20.796,20 pontos, à medida que a ação da Taiwan Semiconduc-

tadores à espera de novos dados da inflação dos Estados Unidos para avaliar a trajetória dos juros básicos norte-americanos.

tor Manufacturing (TSMC) saltou 4,6%, a preço recorde, após o maior fabricante de chips do mundo garantir subsídios de até US\$ 6,6 bilhões do governo dos EUA para um complexo fabril que está em construção em Phoenix, no Arizona.

Em outras partes da Ásia, o japonês Nikkei subiu 1,08% em Tóquio, a 39.773,13 pontos, e o Hang Seng teve ganho de 0,57% em Hong Kong, a 16.828,07 pontos.

Na China continental, o Xangai Composto mostrou alta marginal de 0,05%, a 3.048,54 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 0,82%, a 1.750,80 pontos.

A exceção foi o sul-coreano Kospi, que caiu 0,46% em Seul, 2.705,16 pontos, pressionado por ações de eletrônicos e biotecnologia.

Investidores da Ásia e de outras partes do mundo estão em compasso de espera antes de números mensais da inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA, a ser divulgados na quarta-feira, 10. O CPI tende a influenciar apostas de quando o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) pode começar a reduzir seus juros básicos. No momento, as expectativas para o primeiro corte de juros nos EUA estão divididas entre junho e julho.

Também na quarta-feira, está prevista atualização da inflação mensal na China, tanto ao consumidor (CPI) quanto ao produtor (PPI, na sigla em inglês).

Na Oceania, a bolsa australiana ficou no azul nesta terça, aproximando-se de seu fechamento recorde. O S&P/ASX 200 avançou 0,45% em Sydney, a 7.824,20 pontos.

PREVENÇÃO

Hepatites virais matam 3,5 mil por dia no mundo

As mortes por hepatites virais registradas em 187 países passaram de 1,1 milhão em 2019 para 1,3 milhão em 2022. Desse total, 83% foram causadas pela hepatite B

As mortes por hepatites virais estão aumentando em todo o mundo e a doença já responde como a segunda principal causa infecciosa de morte no planeta, contabilizando 3,5 mil óbitos por dia e 1,3 milhão por ano – mesmo total de mortes causadas pela tuberculose, que ocupa o primeiro lugar no ranking. O alerta foi feito na terça-feira (9) pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Estudo divulgado pela entidade destaca que, apesar de melhores ferramentas para diagnóstico e tratamento disponíveis, além da queda no preço desses produtos, a testagem e a quantidade de pacientes em tratamento estagnaram. “Mesmo assim, atingir a meta de eliminação das hepatites virais até 2030, proposta pela OMS, ainda é algo possível, desde que medidas rápidas sejam tomadas agora”.

Os dados mostram que as mortes por hepatites virais registradas em 187 países passaram de 1,1 milhão em 2019 para 1,3 milhão em 2022. Desse total, 83% foram causadas pela hepatite B e 17%, pela hepatite C. Para o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, os óbitos aumentaram porque pouquíssimas pessoas com a doença têm acesso ao diagnóstico e tratamento adequado.

A estimativa da entidade é que 254 milhões de pessoas viviam com hepatite B e 50 milhões com hepatite C em 2022 – mais da metade das infecções foram registradas entre adultos com idade de 30 a 54 anos e 12%, entre crianças e adolescentes menores de 18 anos. Homens respondem por 58% de todas as infecções.

Apesar de uma leve queda no número de casos entre 2019

e 2022, a incidência da doença no mundo, segundo a OMS, permanece alta. Em 2022, foram contabilizadas 2,2 milhões de novas infecções, contra 2,5 milhões em 2019. “Mais de 6 mil pessoas estão sendo infectadas por hepatites virais todos os dias”, destacou o estudo.

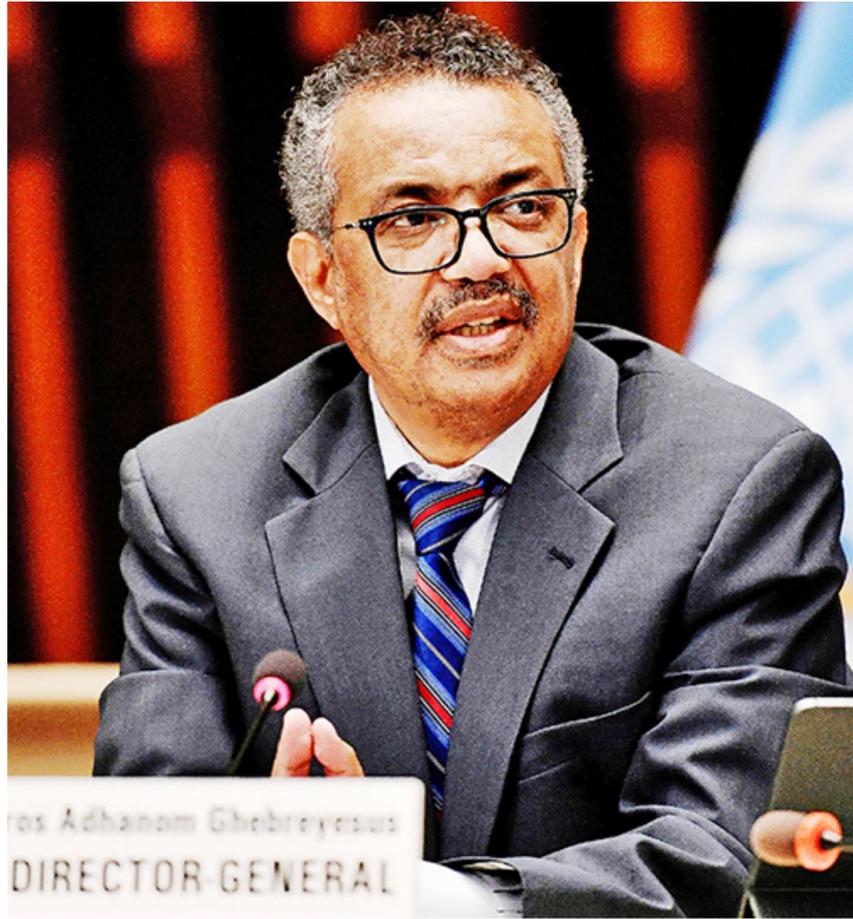
Os números mostram que, em todas as regiões do mundo, até o fim de 2022, cerca de 13% das pessoas que viviam com infecção crônica por hepatite B haviam sido diagnosticadas, enquanto 3% recebiam terapia antirretroviral indicada para tratar a doença. No caso da hepatite B, 36% foram diagnosticadas e 20% recebiam tratamento contra a infecção.

“Ambos os resultados estão bem abaixo da meta global de tratar 80% das pessoas vivendo com hepatite B crônica e com hepatite C até 2030. Entretanto, eles indicam uma leve, mas consistente melhoria no diagnóstico e na cobertura de tratamento da doença desde o último balanço, em 2019”, destacou a OMS.

Os diagnósticos de hepatite B aumentaram de 10% para 13% no período, enquanto o acesso ao tratamento passou de 2% para 3%. Entre as infecções por hepatite C, o diagnóstico aumentou de 21% para 36% e o acesso ao tratamento, de 13% para 20%.

O estudo ressalta que os dados variam drasticamente de região para região. O Continente Africano responde por 63% das novas infecções por hepatite B. Ainda assim, só 18% dos recém-nascidos na região foram imunizados contra a doença após o parto. Já a região do Pacífico Ocidental responde por 47% das mortes por hepatite B, e apenas 23% das pessoas diagnosticadas têm acesso ao tratamento.

Bangladesh, China, Etiópia,



Ghebreyesus: “os óbitos aumentaram porque pouquíssimas pessoas com a doença têm acesso ao diagnóstico e tratamento”

Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Rússia e Vietnã, juntos, respondem por quase dois terços do fardo global das hepatites B e C. “Alcançar o acesso universal à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento nestes dez países até 2025, juntamente com esforços intensificados na região africana, é essencial para colocar a resposta global de volta no caminho certo e cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

Dentre as recomendações publicadas pela OMS, com o objetivo de acelerar o combate às hepatites virais, estão ampliar o acesso à testagem e ao diagnóstico; ofertar tratamento equitativo; ampliar os esforços de prevenção na atenção primária; e mobilizar financiamentos inovadores.

“O financiamento para

as hepatites virais, tanto em nível global como no âmbito dos orçamentos de saúde de cada país, não é suficiente para satisfazer as necessidades. Isso resulta de uma combinação de fatores, incluindo a consciência limitada de intervenções e ferramentas que podem salvar vidas, bem como prioridades concorrentes nas agendas globais de saúde”, concluiu a entidade.

comum.

O presidente equatoriano, Daniel Noboa, se pronunciou pela primeira vez sobre o assunto na segunda-feira e defendeu sua decisão de intervir na embaixada mexicana argumentando que não podia correr o “risco de uma fuga iminente” de Glas.

“Ao povo irmão do México, quero expressar que sempre estarei disposto a resolver qualquer diferença, mas que a justiça não se negocia, e que nunca protegeremos criminosos”, expressou em comunicado.

Em sua coletiva de imprensa habitual, Andrés Manuel López Obrador, presidente do México, por sua vez, considerou que a operação para prender Glas foi uma medida “autoritária” resultado de uma combinação de inexperiência, má assessoria e busca por apoio popular de seu homólogo equatoriano.

“Quando há governos fracos, que não têm respaldo popular ou capacidade [...] fabricam candidatos [...] e quem não tem experiência chega” ao poder, disse o presidente mexicano em Mazatlán.

Após a ruptura dos laços diplomáticos ordenada por López Obrador, os colaboradores da embaixada mexicana retornaram ao seu país no domingo. O México fechou indefinidamente seus escritórios diplomáticos no Equador, enquanto Quito retirou seus funcionários da embaixada na Cidade do México, mas mantém abertos seus dois consulados.

IRLANDA



Harris sucede Varadkar, que renunciou

Simon Harris é eleito premiê aos 37 anos

O legislador centrista Simon Harris foi eleito primeiro-ministro pelo Parlamento irlandês na terça-feira, 9, tornando-se, aos 37 anos, o líder mais jovem a ocupar o cargo. Harris assume para substituir Leo Varadkar, que anunciou a renúncia ao cargo no mês passado.

Os legisladores do Dáil, a câmara baixa do parlamento irlandês, confirmaram Harris como primeiro-ministro, por 88 votos a 69 contra. “Quero trazer novas ideias, nova energia e nova empatia à vida pública”, disse após sua eleição o novo primeiro-ministro, do partido de centro Fine Gael, ao qual Varadkar também pertence.

Harris sucede Varadkar, que renunciou devido a razões “pessoais e políticas”, no governo de coalizão centrista. A renúncia foi anunciada depois da derrota no referendo proposto pelo governo para modificar as referências à mulher e à família na Constituição.

O jovem líder do Fine Gael chega ao posto do chefe de governo a menos de um ano das eleições legislativas irlandesas, que devem acontecer antes de 22 de março de 2025. Harris, neste ano que resta antes das eleições, tentará ganhar votos para seu partido, que se encontra em terceiro lugar nas pesquisas.

“Agora é um bom momento para construir um novo contrato social, criando igualdade de oportunidades, apoiando quem mais precisa do Estado, protegendo nosso sucesso econômico e utilizando seus lucros para oferecer resultados tangíveis à sociedade”, disse Harris em seu discurso após ser eleito.

Simon Harris, que era ministro do Ensino Superior no antigo gabinete, se torna o mais jovem “taoiseach” (palavra no idioma gaélico para denominar um chefe ou líder) da história da Irlanda. Harris foi eleito pela primeira vez para o parlamento aos 24 anos e foi apelidado de “TikTok taoiseach” por causa de seu gosto por se comunicar nas redes sociais.

Seu sucessor Varadkar também foi o primeiro-ministro mais jovem de todos os tempos quando eleito pela primeira vez, aos 38 anos, bem como o primeiro primeiro-ministro abertamente gay da Irlanda. Varadkar, cuja mãe é irlandesa e o pai indiano, também foi o primeiro taoiseach birracial da Irlanda.

Como líder da Irlanda, Harris enfrenta desafios que incluem um serviço de saúde sobrecarregado, custos crescentes de habitação e um êxodo de legisladores do Fine Gael, mais de 10 dos quais afirmaram que não concorrerão à reeleição.

O novo primeiro-ministro alertou que a unificação da Irlanda, tema recorrente após a vitória do Sinn Féin na Irlanda do Norte, não será sua “prioridade”, embora, segundo suas palavras, seja uma “aspiração política legítima”.

INVASÃO

Jorge Glas é hospitalizado no Equador após ser preso

O ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, pivô de uma crise diplomática entre México e Equador, foi hospitalizado na segunda-feira, 8, de acordo com o serviço penitenciário do Equador. Glas foi capturado pela polícia na sexta-feira, 5, durante uma invasão policial na embaixada mexicana em Quito.

O Serviço Nacional de Atenção Integral às Pessoas Privadas de Liberdade (Snai) informou que o ex-vice-presidente teve um problema de saúde por não se alimentar. Glas, de 54 anos, “sofreu uma possível descompensação por se recusar a consumir os alimentos oferecidos” na prisão, informou em comunicado o serviço penitenciário.

A versão apresentada, porém, contradiz o relato de pessoas próximas ao ex-presidente, que informaram que ele foi encontrado em “coma autoinduzido profundo” na prisão. Glas ingeriu antidepressivos e sedativos, segundo um boletim de ocorrência repercutido pelo The New York Times.

O ex-presidente se encontra “estável e permanecerá em observação” por várias horas no Hospital Naval do porto de

Guayaquil, de acordo com o Snai, que informou que os protocolos de saúde foram acionados na prisão de segurança máxima La Roca quando Glas não compareceu à chamada para a contagem de detentos e foi determinado que ele havia sofrido uma “descompensação”.

Vinicio Tapia, um dos advogados de Glas, disse que foi impedido de falar com seu cliente. “Não temos notícias de seu estado há mais de 60 horas, desde o momento em que foi sequestrado na embaixada mexicana” na sexta-feira, afirmou.

A hospitalização de Glas ocorre enquanto as tensões entre o Equador e o México aumentam, com o avanço da preparação da demanda que será apresentada contra Quito perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ).

O ex-vice-presidente enfrenta uma acusação de peculato no Equador e procurou refúgio na embaixada mexicana na tentativa de evitar a prisão, provocando uma briga diplomática após a polícia de Quito entrar na embaixada mexicana e capturá-lo.



Glas sofreu uma possível descompensação por se recusar a consumir alimentos

Um tratado diplomático de 1961 diz que os governos não podem entrar em embaixadas estrangeiras sem permissão do país anfitrião da embaixada.

A invasão da embaixada, sem precedentes recentes no mundo, foi condenada por cerca de trinta países, incluindo os Estados Unidos e países europeus, além de sete organismos mundiais e regionais, como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os líderes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) debaterão uma proposta de “condenação firme” e possíveis sanções contra o Equador em uma reunião de cúpula virtual na sexta-feira, 12, anunciou a presidente de Honduras, Xiomara Castro, que preside o bloco.

O Equador considera o asilo a Glas “ilegal” e contrário às normas internacionais, pois ele está sendo processado por um crime

MÁ-FÉ

Moraes: X no Brasil tenta se eximir de responsabilidades

Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na terça-feira, 9, o pedido do X no Brasil para ser isentado no caso de descumprimento de ordens judiciais.

Os representantes legais da empresa tentaram se antecipar a possíveis sanções e disseram ao STF que não têm poder de decisão sobre as notificações da Justiça. Eles alegaram que se limitam a encaminhar os ofícios das autoridades às sedes nos Estados Unidos e na Irlanda, que segundo o documento teriam a palavra final sobre as determinações judiciais.

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes afirma que o escritório é um "elo indispensável" para a operação da plataforma no Brasil, mas busca se "eximir de qualquer responsabilidade" sobre as ordens do STF. Ele ainda afirmou ainda que o pedido "revela certo cinismo" e "beira a litigância de má-fé".

"A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional", escreveu o ministro. "O fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil."

O ministro também deixa claro que os representantes do X no Brasil poderão ser punidos nas esferas civil e penal se descumprirem ordens judiciais. A responsabilidade, segundo a decisão, é "inequívoca".

"Não havendo dúvidas da plena e integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da X Brasil Internet LTDA., bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal, perante a Justiça brasileira, indefiro o pedido", conclui Moraes.

Os advogados que representam a rede social X no Brasil disseram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o escritório não participa da administração da plataforma e que o cumprimento de decisões judiciais fica a cargo das sedes nos Estados Unidos e na Irlanda.

A manifestação foi enviada depois que o empresário Elon Musk, dono do X, ameaçou reativar perfis bloqueados por ordem do STF. Como resposta, o ministro Alexandre de Moraes incluiu o bilionário como investigado no inquérito das milícias digitais. Na decisão, Moraes escreveu que as redes sociais não são "terra sem lei".

O X no Brasil afirmou ao Supremo que, ao receber notificações judiciais, se limita a comunicar às operadoras da plataforma que, segundo o documento suscitado por advogados do escritório Pinheiro Neto, são as únicas responsáveis por analisar e decidir sobre os ofícios.

"O poder decisório e a responsabilidade pelo cumprimento de ordens judiciais, quer preexistentes, quer futuras, recaem exclusivamente sobre as Operadoras do X, não englobando o X Brasil. O objeto de atividade da X Brasil é completamente distinto das Operadoras X", diz o documento.

O escritório no Brasil alega que trabalha apenas com a



Gustavo Moreno - SCO - STF

Alexandre de Moraes: "a empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional"

EVENTO

Bolsonaristas viajam a Bruxelas para denunciar 'tirania' de Lula

Um grupo de deputados bolsonaristas participa na terça-feira, 9, do evento intitulado "Brasil: a repressão de Lula ao Estado de Direito", realizado em Bruxelas, na Bélgica. A reunião foi impulsionada pelas críticas do dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, com denúncias de "censura" e "perseguição política" sofrida pela direita no País.

Segundo Herman Tertsch, membro do Parlamento Europeu e presidente do grupo conservador ECR (conservadores e reformistas europeus), que promove o evento, o objetivo é discutir a "tendência à repressão total" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro do STF. De acordo com Tertsch, o espaço servirá para "denunciar" a realidade "autoritária" do Brasil.

Já confirmaram presença os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Bia Kicis (PL-DF), Júlia Zanatta (PL-SC), Gustavo Gayer (PL-GO), Coronel Ulysses (União-AC) e Marcel Van Hattem (Novo-RS).

Em vídeo publicado por Kicis no X, Gayer diz que no Brasil há "violações aos direitos humanos e perseguição política" e que, se necessário, os congressistas levarão a mensagem "para o mundo inteiro". Criticando a imprensa nacional, Eduardo Bolsonaro diz que a missão da comitiva "é levar a verdade" não só para Bruxelas, mas também para Haia, na Holanda, onde fica a sede do Tribunal Penal Internacional.

"comercialização, monetização e promoção da rede de informação Twitter, além da veiculação de materiais de publicidade na internet e de outros serviços e negócios relacionados".

Os representantes legais do X no Brasil se anteciparam nos esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal em uma tentativa de se dissociar dos ataques de Elon Musk. A leitura é a de que as informações sobre a organização interna podem ajudar o escritório brasileiro.

"Essas ações estão enraizadas em uma longa tradição de respeito com as instâncias judiciais e autoridades nacionais. Como não poderia deixar de ser, a postura colaborativa do X Brasil é corroborada pela atuação efetiva e diligente da empresa no contexto deste e de diversos outros inquéritos em trâmite perante esse egrégio Supremo Tribunal Federal."

Os representantes legais do X no Brasil se anteciparam e enviaram esclarecimentos ao Supremo Tribunal Federal

A deputada federal afirmou que a viagem é "a convite" de parlamentares europeus para que os congressistas bolsonaristas possam compartilhar as "experiências sobre o momento político no Brasil". Bia Kicis ainda acusa o governo Lula de "tirania".

De acordo com o presidente do grupo de conservadores e reformistas, o evento será voltado para a "defesa da democracia e da liberdade de expressão no Brasil, que estão seriamente ameaçadas". Segundo ele, Moraes faz "ataques" que são apoiados por líderes europeus, como o presidente da França, Emmanuel Macron, que não "denunciam a deriva antidemocrática".

Esta é a segunda vez que a oposição viaja para fora do País para denunciar Moraes e a atuação do STF. Em março, parlamentares estiveram em Washington, nos Estados Unidos, para falar sobre os supostos "abusos do poder Judiciário brasileiro contra a oposição", como declarou a deputada estadual Débora Menezes (PL-AM), que participou da viagem.

A crise entre Musk e Moraes ocorreu após o empresário utilizar o X para tecer críticas ao ministro por decisões para a suspensão de alguns perfis na rede. Depois de afirmar que o magistrado deveria "renunciar ou sofrer um impeachment" e ser incluído no inquérito das milícias digitais como investigado, o bilionário se referiu a Moraes como "ditador do Brasil" e afirmou que o juiz do Supremo possui "Lula na coleira".

em uma tentativa de se dissociar dos ataques do empresário Elon Musk, dono da plataforma, que ameaçou reativar perfis bloqueados por ordem do STF. A leitura foi a de que as informações sobre a organização interna poderiam ajudar o escritório brasileiro, mas o efeito foi o contrário.

A Polícia Federal abriu uma investigação sobre as declarações de Elon Musk e vai apurar se o bilionário cometeu crime. Representantes da empresa no Brasil podem ser chamados a prestar depoimento.

PCC

Prefeitura de SP decreta intervenção em empresas

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwólf e UPBus em meio às suspeitas de que as companhias estariam sendo usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas. A decisão cumpre determinação da Justiça, que pediu a intervenção direta na Transwólf e, no caso da UPBus, deu a opção de intervir na companhia ou entregar as suas linhas a outra operadora do sistema.

Na terça-feira, a Operação Fim da Linha buscou cumprir 52 mandados de busca, sendo 4 de prisão em São Paulo, e mobilizou 340 policiais, promotores, Receita Federal e o Cade.

As duas empresas passam a ser geridas por funcionários da SPTrans e por comitês formados por servidores da Controladoria Geral do Município, da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria da Fazenda. Quem assume a Transwólf é o diretor de Planejamento de Transporte da SPTrans, Valdeamar Gomes de Melo. O interventor da UPBus será o diretor de Operações da empresa municipal, Wagner Chagas Alves.

O decreto aponta que os comitês devem se pautar "estritamente de acordo com as determinações e estipulações contratuais, ficando, inclusive, responsáveis para requisitar os meios necessários para promoção de auditoria na empresa ora interdita". Nunes diz que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas."

As duas empresas juntas transportam em média 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo. São 15 milhões

pela Transwólf e 1,68 milhão pela UPBus. No ano passado, a Prefeitura repassou R\$ 748 milhões em recursos do sistema de transporte para a Transwólf, que tem 1.111 ônibus na zona sul, e R\$ 81,8 milhões para a UPBus, com seus 138 ônibus na zona leste.

As 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital determinaram o afastamento de 15 acionistas da UPBus e seis da direção da Transwólf e da cooperativa Cooperpam. Eles são suspeitos de manterem ligações com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Entre os atingidos pela medida estão os presidentes das duas empresas: Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora (Transwólf), e Ubiratan Antonio da Cunha (UPBus).

No caso da UPBus, ainda são alvo três parentes do traficante Anselmo Bachelli Santa Fausta, o Magrelo ou Cara Preta, assim como o ladrão de banco Alexandre Salles Brito, o Buiú, e o advogado Ahmed Hassan Saleh, o Mude, acusado de participar do esquema de lavagem de dinheiro da facção. Para a Justiça, os indícios obtidos pela investigação tornam o afastamento dos diretores da empresa indispensável para cessar a atividade criminosa.

A manutenção dos acusados na empresa prejudicaria a coleta de provas e o processo, além de ser necessário encerrar a mistura entre o dinheiro lícito recebido da Prefeitura e o ilícito colocado na companhia pelo PCC. Há ainda casos de acionistas que foram proibidos de pisar na empresa, caso de Décio Gouveia, o Décio Português, que é tido pelo Ministério Público como homem de confiança de Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola. Décio foi solto no fim de 2023 por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

ELEIÇÕES

Valéria Bolsonaro assume Secretaria da Mulher em SP

A deputada estadual Valéria Bolsonaro (PL-SP) foi nomeada pelo governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para comandar a Secretaria de Políticas para a Mulher. A indicação foi publicada no Diário Oficial do Estado na terça-feira, 9. A escolha de Tarcísio pela deputada bolsonarista é vista como um gesto de manter a proximidade com o padrinho político, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e também o alinhamento com a direita e o PL.

A nomeação ocorre após Sonaira Fernandes deixar a pasta. Recém filiada ao PL, a vereadora evangélica foi exonerada da chefia da secretaria nesta sexta-feira, 5, para a disputa eleitoral de outubro. Ele pode tentar novamente uma cadeira na Câmara Municipal ou ainda ser vice na chapa do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), com apoio de Tarcísio.

No X (antigo Twitter), Valéria disse que aceitou o convite do governador para continuar o legado de Sonaira. "Agradeço a confiança, reiterando todo empenho e amor para atuar por políticas públicas às mulheres do nosso Estado", publicou, nesta terça.

Valéria é casada com um primo de segundo grau do ex-presidente, Luis Oscar Bolsonaro. Em 2022, após o Jair Bolsonaro perder as eleições, ela se posicionou sobre um documento do PL que pedia a anulação de votos e afirmava que Bolsonaro havia obtido 51% dos votos no segundo turno. A deputada afirmou, na época, não ter "medo de novas eleições", mas sim de "falta de transparência e de lisura".

A nomeação é considerada

um aceno de Tarcísio ao padrinho político. O governador já disse que o candidato que Bolsonaro escolher para apoiar, ou em suas palavras, que for "ungido" pelo ex-presidente, vai ser competitivo na eleição de 2026. Ele é um dos possíveis candidatos a herdar o capital político de Bolsonaro e se lançar para a corrida ao Executivo federal. O ex-presidente está inelegível até 2030, por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na Alesp, Valéria presidiu a Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres. No último dia 18, um evento proposto por ela na Casa prestou homenagem às "mulheres patriotas", que transformam o Brasil e as causas femininas, que "não têm partido e ideologia", segundo a nova secretária.

Em seu segundo mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Valéria Bolsonaro apresentou ou foi coautora de projetos de lei sobre pautas caras à direita, como o que proíbe o que chama de "ideologia de gênero" nas escolas públicas e privadas de São Paulo. Tramitando desde 2019, a proposta está pronta para ser votada em plenário desde dezembro do ano passado.

Outro projeto que encampou com outros 15 deputados bolsonaristas foi para a proibição da exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a covid-19 no Estado. O texto foi aprovado em dezembro de 2022, no último dia antes do recesso da Casa, e sancionado por Tarcísio em 15 de fevereiro do ano passado, com artigos vetados, como trecho que definia a competência exclusiva das famílias na decisão de vacinar seus filhos menores de idade.

SUSTENTABILIDADE

Amazônia receberá R\$ 730 milhões para o combate ao desmatamento

Lula disse que os investimentos ajudarão o país a atingir a meta de desmatamento zero até 2030, ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção e redução da degradação

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia, lançado na terça-feira (9) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prevê R\$ 730 milhões a serem investidos na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate ao desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios considerados prioritários na Amazônia.

Os recursos terão como origem o Fundo Amazônia (R\$ 600 milhões) e o programa Floresta+ (R\$ 130 milhões), em ação do Ministério do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais.

Durante a cerimônia de lançamento do programa, no Palácio do Planalto, Lula disse que os investimentos ajudarão o país a atingir a meta de desmatamento zero até 2030, ao mesmo tempo que apoiará os municípios com ações para prevenção, monitoramento, controle e redução da degradação.

“Precisamos cuidar da maior reserva florestal do mundo, que está sob a nossa guarda, e tentar fazer do cuidado dessa reserva florestal, uma forma de melhorar não apenas a qualidade da prefeitura e do povo, mas melhorar as condições financeiras da cidade”, disse o presidente.

Segundo o Planalto, os municípios já em condições de participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Dos 70 municípios prioritários, 53 já aderiram ao programa. Eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

Para aderir ao programa, é necessário que o termo seja assinado pelo prefeito do município e ratificado por pelo menos um vereador – de preferência, o presidente da Câmara municipal. “Em até 90 dias, ao menos um deputado estadual e um deputado federal ou senador do Estado devem declarar por escrito apoio à adesão do município”, informa o Planalto.

A lógica adotada para a destinação dos recursos às prefeituras é a de pagamento por performance. Assim sendo, quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

“O parâmetro será o sistema de monitoramento Prodes, do Inpe. O Prodes calcula a taxa anual de desmatamento, medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Para 2024, será considerado o índice calculado entre agosto de 2022 e julho de 2023”, detalhou a Presidência da República.

Entre os compromissos a serem assumidos pelas prefeituras está a existência de secretaria municipal responsável por políticas de meio ambiente ou sustentabilidade e a realização de reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente em até 90 dias, com participação de representantes da sociedade.

Está prevista também a criação de uma Comissão de Coordenação e Monitoramento do Programa União com Municípios, que determinará novos períodos de adesão ao programa. “A comi-



Lula, acompanhado da ministra Marina Silva e dos ministros, Rui Costa e Alexandre Padilha, durante lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamentos e Incêndios

MEIO AMBIENTE

Lula dá indireta a Musk e cobra que dinheiro seja usado na preservação

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cobrou que os países desenvolvidos deem suporte ao financiamento para a preservação de florestas. Sem citar nominalmente o empresário Elon Musk, dono do X, antigo Twitter, Lula disse que o bilionário terá que usar o dinheiro para “ajudar a preservar” o meio ambiente.

“Hoje nós temos gente que não acredita que o desmatamento e as queimadas prejudicam o planeta Terra”, disse, em evento de lançamento do programa União com os Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia. “Tem até bilionário tentando fazer foguete, tentando fazer viagem para ver se encontra espaço lá fora, não tem. Ele vai ter que aprender a viver aqui, ele vai ter que usar muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui.” A cerimônia ocorreu na terça-feira, 9, no Palácio do Planalto.

O chefe do Executivo brasileiro aproveitou a presença de um representante do Conselho Europeu no evento para dizer que os países desenvolvidos “têm que compreender que ele tem que pagar para que os países que têm floresta em pé levem a sério essa questão”. Segundo o petista, “o mundo rico tem que pagar pelo que fizeram no

passado, é uma dívida com o planeta Terra”. “Eles têm que pagar, ajudar a financiar, para que a gente possa dar aos prefeitos, às pessoas que moram na cidade, a certeza de que vai valer a pena ele preservar, ter uma agricultura sustentável”, defendeu.

No discurso, Lula pediu que as áreas tenham conhecimento sobre suas responsabilidades. Nesse sentido, ele comentou que, muitas vezes, o governo federal, os governos estaduais e os municípios “jogam a responsabilidade” um para o outro. “Quando tá ruim, ninguém é pai da criança, aí todo mundo foge do assunto; nós não queremos fugir do assunto. Temos um compromisso assumido por conta e risco nosso que até 2030 vamos anunciar ao mundo desmatamento zero nesse País”, disse.

Segundo Lula, manter florestas em pé, muitas vezes, têm um maior ganho econômico que manter rebanho de gado. “Tentar fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta em pé é um ganho econômico às vezes muito mais do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar o gado, mas o gado pode ser criado em um lugar que não se precisa derrubar floresta”, comentou.

apoiamento dos municípios. Dirigindo-se a Lula, Padilha lembrou que em todos seus governos o presidente sempre buscou ter boas relações com prefeitos, independentemente dos partidos aos quais eles são filiados. “O senhor pediu para recriarmos, aqui no Palácio do Planalto, a sala de prefeitos e prefeitas, e que temos de estar abertos para construir parcerias sem perguntar a que partido eles fazem parte”, disse o ministro.

O programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia prevê R\$ 730 milhões em investimentos para promover o desenvolvimento sustentável e combater o desmatamento e incêndios florestais em 70 municípios prioritários na Amazônia.

Os recursos serão destinados a ações nos municípios a partir da lógica do “pagamento por performance”: quanto maior a redução anual do desmatamento e da degradação, maior será o valor investido.

Segundo o governo federal, apenas por aderirem à iniciativa, todos os municípios receberão R\$ 500 mil em equipamentos e serviços para a estruturação de escritórios de governança que melhore a gestão ambiental, a cooperação entre governos municipais e federal e o monitoramento do desmatamento.

De acordo com o Palácio do Planalto, os municípios aptos a participar da iniciativa foram responsáveis por cerca de 78% do desmatamento no bioma no ano de 2022. Até o momento, 53 municípios aptos já aderiram ao programa – eles são responsáveis por 59% do desmatamento na Amazônia. Os 17 restantes ainda podem firmar o termo de adesão até 30 de abril.

“Nós sabemos o quanto é importante retomar o diálogo, inclusive para proteger a Amazônia. Infelizmente, no último período do nosso país, a Amazônia, que deveria e deve ser sempre motivo de União, foi motivo de desunião; de conflito; de disputa; de polarização. Só perdeu o Brasil. Só perdeu a Amazônia. Mas acredito que desde o começo da retomada do governo do presidente Lula, instalamos esse

debate que acrescentou, ao Conselho, a letra S de sustentabilidade”, disse Padilha referindo-se ao Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) – espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade.

Segundo Lula, é também necessário ao país viabilizar e potencializar os ganhos daqueles que lucram por

meio da preservação da floresta. “Muita gente vê floresta e rios de forma separada. Temos de ver que ali moram pessoas que precisam de saúde, educação e de condições de trabalhar”, disse o presidente.

“Precisamos fazer as pessoas compreenderem que manter a floresta de pé é um ganho econômico, às vezes, muito maior do que um rebanho de gado. Não que não seja necessário criar gado. Mas o gado pode ser criado em um lugar onde não se precisa derrubar floresta”, acrescentou o presidente.

O Planalto informa que as metas previstas para o programa até 2026 incluem a implementação de escritórios de governança, no primeiro ano do programa, nos 53 municípios prioritários que já declararam adesão.

Prevê, ainda, ações de regularização ambiental e fundiária em glebas públicas federais não destinadas. Além disso, vai criar ao menos 30 brigadas municipais de prevenção e combate a incêndios florestais.

De acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os mais de R\$ 700 milhões previstos em recursos são apenas o começo. “Tem um eixo que é a menina dos nossos olhos. É o eixo do Apoio às atividades produtivas sustentáveis. Sabemos que não se vai conter desmatamento em nenhum bioma se for apenas com ação de comando e controle. Só vamos conter quando manter a floresta em pé for mais rentável mais vantajoso do que derrubá-la”, disse.

Nesse sentido, acrescentou que a ideia é a de estimular o uso da floresta por meio de manejo sustentável. “Só assim de forma sustentável garantiremos que aquele que é um produtor ou um industrial da madeira garanta ter no futuro trabalho para filhos, netos e bisnetos”, complementou.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 da Saint-Gobain Canalização Ltda.

	2023	2022
Custo histórico	2023	2022
No início do exercício	25.214	26.500
Gastos de plantios e tratamentos incorridos no exercício	3.696	2.671
Exaustão de florestas maduras em áreas próprias	(2.338)	(3.957)
Total - Custo histórico	26.572	25.214
Valor justo		
No início do exercício	26.843	18.188
Ajuste ativo biológico destinado a estoques - saldo fim do período	18.616	8.655
Ajuste ativo biológico produto acabado destinado a estoque, no final exercício	(234)	—
Ajuste ativo biológico produto elaboração destinado a estoque, no final exercício	8.137	—
Total - Valor Justo	53.362	26.843
Total do Ativo Biológico	79.934	52.057

O Grupo detém, por meio de sua Controlada Saint-Gobain PAM Bioenergia Ltda. ("PAM Bioenergia") reservas florestais de eucalipto destinado à produção de carvão vegetal, para o uso em auto-formo. As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço do carvão. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. (a) **Premissas para reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos:** Com base no CPC 29 (equivalente ao IAS 41) - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", a Controlada reconhece seus ativos biológicos a valor justo adotando as seguintes premissas em sua apuração: (i) Serão mantidas a custo histórico as florestas de eucalipto até o quinto ano de plantio em decorrência do entendimento da administração de que durante esse período o custo histórico dos ativos biológicos se aproxima de seu valor justo. (ii) As florestas a partir do sexto ano de plantio (florestas em formação) são valorizadas por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo. (iii) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados de acordo com os ciclos de produtividade projetados das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. (iv) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao "WACC" (Custo de Capital Ponderado) do Grupo, o qual é revisado periodicamente pela administração. (v) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, material genético, regime de manejo florestal, potencial produtivo, rotação e idade das florestas. O conjunto dessas características compõe um índice denominado Incremento Médio Anual (IMA), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade. O plano de corte das culturas mantidas pela Controlada é de sete anos. (vi) Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/estéreo são obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Controladora em compras com terceiros. Os preços obtidos são ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de tratar-se de ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo. (vii) Os gastos com plantio referem-se aos custos de formação dos ativos biológicos. (viii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período. (ix) O Grupo definiu por efetuar a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos anualmente, sob o entendimento de que este intervalo é suficientemente grande e, portanto, é necessário garantir para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. (b) **Reconhecimento das variações de valor justo:**

	2023	2022
Saldo ajuste ativo biológico no início do exercício	26.843	18.188
Saldo ajuste ativo biológico no fim do exercício	53.362	26.843
Varição do valor justo do ativo biológico	26.519	8.655
Varição do valor justo por:		
Efeito alteração na taxa WACC	(7.967)	—
Efeito alteração no volume	(6.854)	(3.608)
Efeito alteração no preço	32.562	14.498
Efeito alteração no custo de terreno e silvicultura	300	(1.140)
Efeito alteração outros	575	(1.095)
	18.616	8.655

Ajuste ativo biológico produto acabado destinado estoque, final exercício (234) -

Ajuste ativo biológico produto elaboração destinado estoque, final exercício 8.137 -

Movimentação do ativo biológico no valor justo no exercício

	2023	2022
Varição do ativo biológico no exercício	26.519	8.655
Ajuste ativo biológico de reavaliação anual	(18.616)	(8.655)
Ajuste ativo biológico - CPV	(664)	(1.346)
Ajuste da avaliação do ativo biológico a mercado produto biológico Estorno AJ avaliação do ativo biológico a mercado prod.biológico exercício ant.	(6.576)	27
	2.664	2.026
	(23.192)	(7.948)

2.10. Depósitos compulsórios e judiciais: Os depósitos compulsórios e judiciais são registrados ao custo histórico no ativo não circulante e são atualizados monetariamente. O Grupo apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais e provisões para contingências em 31 de dezembro.

	Depósitos judiciais ativo não circulante		Provisões para contingências	
	2023	2022	2023	2022
Tributadora				
Tributário	54	666	2.325	2.613
Trabalhista e previdenciário	1.079	809	15.352	7.798
Cauções, cível e outras	1.319	965	11.548	65
	2.452	2.440	29.225	10.476
Depósitos judiciais ativo não circulante				
Consolidado	2023	2022	2023	2022
Tributário	54	666	2.325	2.613
Trabalhista e previdenciário	1.272	1.066	15.467	7.929
Cauções, cível e outras	1.319	965	11.548	65
	2.645	2.697	29.340	10.607

2.11. Investimento em controlada: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício da controladora como despesa ou receita. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Empresa e sua controlada são eliminados; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pelo Grupo. a) Informações sobre os investimentos:

	Participação de empresa				Patrimônio Líquido				
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Milhares de quotas de capital social possuídas integralizado (%)	61.183	99.99	99.99	112.825	91.202	40.262	27.207	72.563	63.995
b) Movimentação dos investimentos:									
- Em 1º de janeiro								63.989	60.210
- Resultado de participações societárias								8.567	3.779
- Em 31 de dezembro								72.556	63.989

2.12. Imobilizado: Os itens do imobilizado compreendem principalmente fábricas, escritórios, fornos, maquinários produtivos e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação, exaustão acumulada e provisão para perda do imobilizado. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir demonstrado: Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado.

	Controladora		Consolidado		Anos
	2023	2022	2023	2022	
Em milhares de reais					
Terrenos	1.415	1.415	15.850	15.850	—
Edificações e Beneficórias	3.365	3.176	3.351	3.162	10 a 40
Equipamentos e Instalações	46.580	34.906	46.735	34.894	2 a 30
Veículos	122	135	125	138	10
Modelos	2.937	3.193	2.937	3.193	3
Equipamentos de Informática	3.600	3.801	3.668	3.830	5
Obras em andamento	30.089	21.695	30.754	22.328	—
	88.108	68.321	103.420	83.395	

2.13. Ativos Intangíveis: (a) Softwares - As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. (b) Marcas registradas - As marcas e patentes registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e patentes, uma vez que não têm vida útil definida, são mantidas pelo seu valor de custo. **2.14. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para 2023, a avaliação da recuperabilidade dos ativos resultou na necessidade de reconhecimento de "impairment". **2.15. Contas a pagar aos fornecedores e operações de reverse factoring:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Empresa contrata operações denominadas "reverse factoring" junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sob a rubrica de "Fornecedores e outras contas a pagar".

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores no país	124.263	103.244	130.137	111.690
Fornecedores no país - operações de reverse factoring	50.688	63.653	51.024	63.653
Fornecedores no país - partes relacionadas	1.743	1.796	1.608	1.796
Fornecedores no exterior	4.571	9.716	4.571	9.716
Fornecedores no exterior - partes relacionadas	2.647	2.490	2.647	2.490
Adiantamento de clientes	1.154	2.906	1.154	2.919
Comissões	2.185	1.872	2.185	1.872
Fretes	330	119	330	119
Royalties a pagar para Controladora	8.952	11.057	8.952	11.057
Outras Contas a Pagar	2.574	2.542	2.584	2.561
	199.107	199.395	205.192	207.873

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto

também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgado, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais, o Grupo aplica a interpretação técnica ICPCC 22/IFRRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excederem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos referem-se a diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.17. Benefícios a empregados: a) Obrigações de aposentadoria:** O Grupo oferece a seus funcionários um plano de pensão constituído de duas modalidades: (i) De benefício definido, que cobre apenas participantes inativos do anterior plano de pensão de benefício definido, que foi convertido em contribuição definida em maio de 1997. Os ativos e passivos desta porção do plano são avaliados por atuários independentes a fim de determinar a contribuição aplicável ao Grupo. (ii) De contribuição definida, que cobre todos os funcionários ativos e os aposentados desde maio de 1997. Neste caso, as contribuições feitas pelo Grupo são contabilizadas pelo regime de competência. Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. **b) Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos colaboradores do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada ("constructive obligation"). **2.18. Lucro por quotas:** O lucro por quotas é calculado com base no número de quotas do capital social na data do balanço. **2.19. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as obrigações de desempenho são concluídas. **a) Receita de vendas:** O Grupo fabrica e vende seus produtos para a atividade de saneamento básico e tratamento de fluidos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfetida que possa afetar a aceitação dos produtos. A receita é apresentada pelo líquido de ajustes que são realizados ao final de cada exercício para as transações comerciais cujo não houve obrigação de performance satisfetida na data-base. As vendas são registradas com base nos preços especificados em contratos de vendas.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas	736.501	924.970	736.501	924.970
Mercado interno	259.389	222.166	259.389	222.166
Mercado externo	(180.988)	(224.435)	(180.988)	(224.435)
Impostos deduzidos de vendas	814.902	922.701	814.902	922.701

(i) O Grupo eliminou o montante integral das receitas da investida (PAM Bioenergia), no valor de R\$27.643 (2022 - R\$28.811), para fins de consolidação. Todo faturamento é destinado à sua controladora Saint-Gobain Canalização Ltda. **2.20. Arrendamentos:** Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contém cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber. Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa. Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção. Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo: Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos, sem financiamento recente com terceiros. Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Quaisquer custos diretos iniciais. Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos de direito de uso				
Edificações	4.953	668	4.976	698
Veículos	367	896	808	2.348
Equipamentos, instalações, móveis e fornos	3.832	7.917	9.651	14.879
	9.152	9.481	15.436	17.925
Passivos de arrendamento				
Circulante	5.270	7.360	7.230	9.328
Não Circulante	4.816	2.918	9.768	9.656
	10.086	10.278	16.998	18.984

Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso

	2023	2022
Edificações	(1.533)	(1.007)
Veículos	(478)	(737)
Equipamentos, instalações, móveis e fornos	(10.521)	(7.080)
	(12.532)	(8.824)

2.21. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Os principais julgamentos aplicados pela Administração e as principais estimativas contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Valor justo dos ativos biológicos:** Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com os ciclos de produtividade projetado desses ativos. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita anualmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo. O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, produtividade, qualidade, taxa de desconto etc., divulgados na Nota 12. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos. **b) Realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos:** O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para o Grupo. **c) Passivos contingentes:** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, para as eventuais perdas decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos, quando esse tem a probabilidade provável de perda. **d) Provisão para perdas no contas a receber:** O saldo das contas a receber é demonstrado líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no conceito de perdas de crédito esperada, aplicando a projeção de perdas, sendo esta constituída com base no histórico de inadimplência, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. **e) Provisão para perdas nos estoques:** Quando necessário, é constituída uma provisão deduzida de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e o preço de realização diminuído dos custos de comercialização resultar inferior ao seu custo. **f) Provisão para realização de impostos:** O Grupo realiza análise dos impostos recuperáveis e avalia a sua realização

com base nas atividades da empresa, caso necessário é constituída provisão da parcela não recuperável. **g) Julgamentos aplicados na determinação da classificação e apresentação da transação de "reverse factoring":** O passivo do "reverse factoring" é reconhecido na mesma rubrica de fornecedores e contas a pagar porque essa transação não altera a natureza, montantes e de condições de prazo usuais das operações mercantis, sendo ainda, de direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Empresa e suas controladas junto as instituições financeiras, de modo que o Grupo não possui ônus na operação, tampouco dispõe de garantias às instituições financeiras. **h) Determinação da taxa de desconto para arrendamentos:** A taxa de desconto usada para calcular o passivo de arrendamento é a taxa de empréstimo incremental. Esta taxa é aplicada no início do arrendamento ou na data da decisão para renovar o arrendamento. O Grupo calculou a taxa aplicáveis a cada contrato de locação com base na sua duração, que reflete o perfil de pagamento do arrendamento respectivamente. A taxa de juros implícita na locação é utilizada como taxa de desconto apenas no caso de locações não comerciais e apenas se tal for expressamente estipulado no contrato de locação. Embora as locações possam geralmente incorporar cláusulas de indexação, os passivos de locação são mensurados exclusivamente com base em índices conhecidos no final do período de renda. **3. Novas normas, alterações e interpretações de normas revisadas vigentes e ainda não vigentes:** a) Alterações às normas brasileiras e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente. As normas brasileiras (CPC) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, foram adotadas nas informações financeiras. A adoção dessas normas novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício corrente. **Pronunciamento a1:** Alterações à Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercício Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis. **Descrição a1 -** As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". **Pronunciamento a2:** Alterações ao CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis. **Descrição a2 -** A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". **Pronunciamento a3:** Alterações ao CPC 32 - Uso Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Uma Única Transação. **Descrição a3 -** As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. b) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: **Pronunciamento b1:** Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante. **Descrição b1 -** As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas não cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. **Pronunciamento b2:** Alterações à IAS 1 - Passivo Não Circulante com "Covenants". **Descrição b2 -** As alterações indicam que apenas "covenants" que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. **Pronunciamento b3:** Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores. **Descrição b3 -** As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. **Pronunciamento b4:** Alterações ao CPC 06 (R2) - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". **Descrição b4 -** As alterações ao CPC 06 (R2) acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e "leaseback", que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. A Administração da Companhia, preliminarmente, não identificou efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras decorrentes da aplicação desses pronunciamentos. Contudo, ao longo de 2024, efetuará análise mais aprofundada para avaliar a existência de eventuais impactos. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapart

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 da Saint-Gobain Canalização Ltda.

taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente. Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

4.4. Instrumentos financeiros: Identificação e valorização dos instrumentos financeiros - O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, o Grupo também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "hedge" de variação cambial. Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. O Grupo avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração, corroborando que o valor contábil de seus instrumentos financeiros, na data das demonstrações financeiras, se aproxima ao seu valor de mercado. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado como a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e metodologias para estimativas pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos do Grupo em 31 de dezembro, bem como os critérios para sua avaliação, estão descritos a seguir: (i) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores e outras contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. (ii) Financiamentos e adiantamentos de contrato de câmbio. O valor contábil dos financiamentos em reais tem suas taxas atreladas variáveis, conforme NE 18 e a taxa Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e aproxima-se do valor de mercado. O valor contábil dos financiamentos em moeda estrangeira reflete as variações de câmbio até o final do período mais os juros a pagar. Estas operações compõem-se basicamente de operações de adiantamento de contrato de câmbio e adiantamento de cambiais entregues destinadas tanto ao financiamento quanto à cobertura de câmbio das operações de exportação (faturadas e futuras) - a única diferença é a taxa que é o CDI. (iii) Derivativos - Os instrumentos derivativos contratados pelo Grupo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e não são utilizados para fins especulativos. O Grupo classifica como derivativos contratos de opções "Non-Deliverable Forward" (NDF). São contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa do Grupo em virtude da flutuação do câmbio de moedas relacionadas às suas operações de exportação e importação, atendendo a operações não cobertas por ACC/ACE. Seu valor justo é avaliado pela marcação de mercado de instrumento equivalente no momento de avaliação. **5. Informações complementares ao Fluxo de Caixa:** De acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa algumas transações não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afetem a estrutura de capital e de ativos da Empresa. A exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

	2023	2022	2023	2022
Adições e remunerações de ativo de direito de uso e arrendamentos	12.203	11.254	12.258	25.848
Baixa de contratos de ativo de direito de uso e arrendamentos	-	(1.885)	-	(5.887)
	12.203	9.369	12.258	19.961

6. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores do Grupo e a remuneração paga ou a pagar por seus serviços está demonstrada a seguir:

Descrição	2023	2022
Remuneração total dos administradores (i)	5.501	6.036
(i) A remuneração dos diretores do Grupo, composta por salários e ordenados, bônus, Benefícios de curto prazo. 7. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, o capital social subscrito é de R\$ 245.691 representados por 245.691.000 quotas no valor de R\$ 1,00 cada uma, subscrita e integralizada, passando a estar assim distribuídas:		

Descrição	Quotistas	Pais de origem	Quantidade	Participação %
Residentes no país	Saint Gobain do Brasil	Brasil	23.327.610	9,49
Residentes no exterior	Prod. Ind. Construção Ltda. Saint Gobain PAM S.A.	França	222.363.190	90,51
			245.690.800	100,0

O Capital de residente no exterior está registrado no Banco Central do Brasil (BACEN).

b) Lucros Acumulados: Os lucros acumulados correspondem ao lucro não distribuído às suas controladoras. Os lucros acumulados são transferidos para reserva de lucros e utilizados para reinvestimento, na ausência da necessidade de reinvestimento, a distribuição de lucros será efetuada. **c) Reserva de incentivos fiscais:** A Empresa com base no art. 158 da Lei nº 6.379, de 02/12/1996 e no Decreto nº 40.211, de 29/04/2021, firmou o Termo de Acordo de Regime Especial ("TARE"), em 24 de março de 2020 e renovação do benefício em 28/11/2022 pelo termo de acordo nº 2021.000324, para o incentivo do estado da Paraíba, estendendo a vigência do acordo já existente. O termo prevê o recolhimento antecipado de ICMS sobre as transferências interestaduais (Garantido) e um crédito presumido sobre as vendas. Também é previsto um recolhimento mínimo de ICMS que impede o aproveitamento de todo o crédito presumido. Com base nos argumentos dos seus assessores tributários, a Empresa, durante 2021, passou a considerar o referido incentivo fiscal de ICMS como subvenção para investimento e, portanto, referida subvenção poderia ser excluída da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, desde que observados os procedimentos previstos no art. 30 da Lei 12.973/14, assim como na Lei Complementar 160/17. Com isso, a partir de 2021 este valor passou a ser excluído da base de cálculo do imposto de renda e tratado como reserva de lucros, dado que a subvenção não deve ser base para distribuição de resultado. Ainda sob a orientação de seus assessores tributários, a Empresa efetuou o levantamento da recuperação de valores que foram oneradas sem a observância de tais incisos e procedeu com a apuração de valores recolhidos a maior dos últimos cinco anos, contados do período em que ocorreu o aproveitamento do incentivo fiscal. Assim, a Empresa contratou assessores terceiros para o levantamento de tais créditos e após a conclusão da apuração dos créditos no exercício de 2022 a Empresa reconheceu reserva de subvenção no montante de R\$892.234, sendo R\$12.208, referente a receita de subvenção incorrida no ano de 2022 (conforme Nota Explicativa nº 26) e R\$77.026 referentes à receita de subvenção incorridas no período de 2017 a 2021. Tal efeito, gerou um crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social pagos a maior entre 2017 e 2021, no montante de R\$28.481 registrados como imposto a recuperar de principal, afetando a despesa corrente de imposto de renda e contribuição social (conforme Nota Explicativa nº 20). Em 2023 a Empresa reconheceu reserva de subvenção no montante de R\$1.628, referente a receita de subvenção incorrida no ano de 2021 conforme Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido. Para o ano de 2023 não se constituiu reserva uma vez que entidade não apresentou lucro do exercício. **8. Seguros:** O Grupo busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Os seguros são contratados em garantia única para as empresas do Grupo Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda., dentre elas a Saint-Gobain Canalização Ltda. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **9. Plano de implementação de aposentadoria** - A São Bernardo Previdência Privada é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários aos empregados de empresas do Grupo Saint Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda.

	2023	2022
Custos de planos de Fundo de pensão São Bernardo Previdência Privada	2.448	4.545

Termo de responsabilidade: Para fins de responsabilidade e sob penas de lei, declaramos verdadeiras e exatas as informações prestadas neste documento pelas quais nos responsabilizamos.

	Contador
	2.448 4.545

	Contador
	2.448 4.545

Diretoria

Marcelo Machado	Pedro Henrique de Pinho Taves	Carlos Newton Andrade Decat	Contador
Fernando Puell Neto	Bruna Silveira Lacerda	Tatiane Cardoso de Paula	Tiago de Santa Cruz Leite - CRC - 1SP 347137

PARPERFEITO COMUNICAÇÃO S/A
CNPJ/MF nº 03.671.059/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Temos a satisfação de submeter a vossa apreciação as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023. Durante o ano de 2023 a ParPerfeito junto com sua controladora norte-americana Match.com vieram fortalecendo o seu posicionamento de liderança na América Latina no mercado de encontros on-line. Para o ano de 2023, a empresa traçou como principal objetivo o crescimento da base de assinantes através de investimentos na marca e de inovações no produto. Contaremos também com receitas adicionais vindas da venda de publicidade. Aproveitamos a oportunidade para agradecer o apoio e a confiança de nossos clientes, parceiros e fornecedores bem como o empenho e a dedicação de nossos colaboradores.

A administração.

	2023	2022
Fluxo de Caixa para os exercícios findos em:	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.644	(1.980)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	72	409
Depreciação	92	126
Varição em ativos e passivos operacionais:	2.808	(1.445)
Contas a receber	1.081	1.131
Impostos a compensar	(21)	(70)
Outros ativos	444	(239)
Fornecedores	(62)	(713)
Obrigações tributárias e sociais	(911)	134
Outras obrigações - Aumento (Redução) no circulante	408	192
Outras obrigações - Aumento (Redução) no não circulante	-	12
Varição em receitas diferidas	(544)	(338)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	3.203	(1.336)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(41)
	-	(41)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(90)	(124)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(90)	(124)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	5.210
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.210	5.210
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	3.113	3.709
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.158	1.449
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.270	5.158
	3.113	3.709

Notas Explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). 1. **Contexto operacional.** A ParPerfeito Comunicação S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, sendo atualmente o maior site de relacionamento da América Latina, com mais de 33 milhões de cadastros já registrados. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das S/A (com nova redação dada pela Lei 11.638/07), Lei 11.941/09, e o complementadas com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC PME. 3. **Regime Tributário Lucro Real Anual Estimativa.** Os valores apresentados nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023, consideram a adoção do Regime de Lucro Real Anual Estimativa pela Companhia, conforme facultado pela Lei 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzida pela Lei

Balancão patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
2023	2022	2023	2022
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	8.270	Fornecedores	289
Contas a Receber	3.377	Obrigações Tributárias e Sociais	1.372
Impostos a Compensar	277	Outras Obrigações	6.115
Adiantamentos	160	Passivo não circulante	7.776
Despesas Antecipadas	89	Outras Obrigações não circulante	48
Garantias e Cauções	0	Receitas Diferidas	823
Custos a Apropriar	33		871
	12.207	Total do passivo	8.648
Ativo não circulante		Capital social	27.913
Intangível	26.974	Reserva de Capital	17.514
IMPOSTOS DIFERIDOS	504	Resultado Acumulado	2.644
Ativo imobilizado	609	Reserva de Lucros	(16.426)
	28.086	Total do patrimônio líquido	31.645
Total Ativo	40.293	Total do passivo e do patrimônio líquido	40.293

Demonstração dos resultados Exercícios		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
2023	2022	2023	2022
Receita Bruta de Serviços	15.393	Capital social	
(-) Impostos e Deduções Sobre Serviços	(1.760)	Parperfeito Comunicação S/A	
Receita Líquida de Serviços	13.633	subs-grali- de Lu- crito	
(-) Custo dos Serviços Prestados	(467)	Reser- va de Acumu- lados	
Lucro Bruto	13.166	Saldos em 31/12/2021	22.703
Receitas (Despesas) Operacionais		Integralização de Capital	5.210
Com Pessoal	(6.290)	Prejuízo líquido do exercício	-
Gerais e Administrativas	(3.338)	Ajustes de exercícios anteriores	-
Impostos, Taxas e Contribuições	(815)	Saldos em 31/12/2022	27.913
Outras Receitas	3	Integralização de Capital	-
Outras Despesas	(706)	Prejuízo líquido do exercício	-
Depreciação e Amortização	(92)	Ajustes de exercícios anteriores	-
	(11.238)	Saldos em 31/12/2023	27.913
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	1.929		
Financeiras Líquidas	716		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.644		
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	-		
Diferido	-		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.644		
Quantidade de Ações	1.740		
Lucro Líquido por ação do capital social realizado no fim do exercício - R\$	1,52		

Sandra Mara Boehm
Diretora Presidente - CPF 022.902.469-64
LOCATELLI CONSULTING SOLUTIONS LTDA
CNPJ 12.244.338/0001-78 - CRC/RJ 005703/0-2
Contador Responsável
Deborah Regina Cabral Carletti
CPF: 370.428.728-86 - CRC/SP 293756/O

Geomecânica S/A
CNPJ 42.163.162/0001-90

Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022

Balancão Patrimonial		Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido	
2023	2022	2023	2022
Ativo Circulante	44.867.014,24	Capital Social	20.000.000,00
Caixas e Bancos	1,00	Reserva Legal	2.335.141,42
Títulos de Renda	35.826.192,47	Reserva de Lucros	23.948.093,27
Duplicatas a Receber	7.326.993,58	Resultado do Exercício	(1.909.051,41)
Serviços Prestados a Faturar	(22.694,29)	Ajuste do Exercício Anterior	(1.101.952,09)
Suprimentos p/ Obras	48.613,16	Resultado do Exercício	(12.697.693,84)
Estoques	786.375,66	Transferido p/ Reserva de Lucros	1.161.766,93
Impostos a Compensar	-	Saldo em 31/12/2023	9.401.162,86
Adiantamentos Diversos	665.005,87		
Despesas Diferidas	53.997,38		
Precatório Nova Friburgo	182.529,41		
Não Circulante	3.181.848,26		
Realizável a Longo Prazo	457.153,29		
Depósitos Judiciais	-		
Consórcio Rota 142-RJ 5498	-		
Consórcio Serra da Bocaina	457.153,29		
Permanente	8.819.902,98		
Investimentos	138.628,54		
Participação em Coligadas	1.630.000,00		
Participações em Consórcios	-		
Imobilizado Técnico	15.313.684,78		
(-) Depreciação Acumulada	(8.262.410,34)		
Total do Ativo	54.144.070,51		
Passivo Circulante	(6.481.969,92)		
Seguros a Pagar	(30.067,01)		
Encargos a Recolher	(529.310,41)		
Obrigações c/ Pessoal	(1.181.238,32)		
Impostos a Pagar	(2.886.302,73)		
Fornecedores	(1.850.686,24)		
Dividendos a Pagar	(510,89)		
Gratificações	-		
Outras Contas a Pagar	(3.854,32)		
Não Circulante	(3.660.488,71)		
Exigível a Longo Prazo	(2.428.064,05)		
Leasing	-		
Empréstimos e Financiamentos	(2.300.000,00)		
Parcelamento Impostos	(59.010,30)		
SCP Córrego Dantas	-		
Consórcio Serra da Bocaina	(69.053,75)		
Consórcio Vila São Jorge	-		
Patrimônio Líquido	(45.234.036,54)		
Capital Social	(20.000.000,00)		
Reserva Legal	(3.437.093,51)		
Reserva de Lucros	(9.401.162,86)		
Resultado do Exercício	(12.395.780,17)		
Total do Passivo	(54.144.070,51)		

Discriminação Saldo em 31/12/2022

Reserva Legal AGO/AGE 30/04/2023	2.335.141,42
Dividendos/Gratificação AGO/AGE 30/04/2023	1.101.952,09
Ajuste Exercício Anterior	-
Resultado Exercício	-
Transferido p/ Reserva de Lucros	-
Saldo em 31/12/2023	3.437.093,51

Demonstrativo do Resultado do Exercício

	2023	2022
Receita Bruta de Serviços	86.897.910,17	77.258.838,81
(-) Pis e Cofins	(3.421.320,09)	(2.635.043,75)
(-) Imposto sobre Serviços	(2.792.295,72)	(2.588.371,02)
Receita Líquida de Serviços	80.684.294,36	72.035.424,04
(-) Custos Operacionais	(53.668.195,89)	(44.456.259,02)
Lucro Bruto	27.016.098,47	27.579.165,02
(-) Despesas Administrativas	(5.546.358,89)	(4.287.090,27)
(-) Despesas Comerciais	(1.707.341,93)	(1.512.900,82)
(-) Despesas Tributárias	(218.219,45)	(285.970,55)
+ Receitas Financeiras	-	-
(-) Despesas Financeiras	(12.155,70)	86.275,57
+ Outras receitas	-	-
(-) outras despesas	3.223.264,31	4.256.563,32
Resultado Antes do Imposto de Renda	22.755.286,81	25.836.042,27
(-) Provisão p/ Imposto Renda	(9.860.931,35)	(2.585.021,32)
(-) Provisão p/ Contribuição Social	(3.558.575,29)	(934.927,68)
Resultado Depois do Imposto de Renda	9.335.780,17	22.316.093,27
Participação em Coligadas	3.060.000,00	1.632.000,00
Resultado do Exercício	12.395.780,17	23.948.093,27

Notas Explicativas

1 - Elaboração das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

2 - Sumário dos Princípios Contábeis: Os critérios contábeis adotados são os seguintes: **A - Regime:** O princípio adotado para o reconhecimento das Receitas e Despesas é o Regime de Competência. O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram provisionados e apurados pelo regime Lucro Real.

B - Estoques: Estão demonstrados a preços de custo ou de mercado, dos dois o menor, conforme inventário realizado em 31 de dezembro de 2023. **C - Permanente:** Esta registrado pelo custo de aquisição. As depreciações do ativo imobilizado são calculadas pelo método linear, obedecendo ao limites das taxas admitidas pela legislação fiscal, guardando uniformidade com o exercício anterior. **D - Capital:** Está representado por 29.493.569 ações nominativas com valor unitário de R\$ 0,67 cada uma, pertencentes a domiciliados no país.

3. Diretoria:

André de Freitas Bogossian	Diretor Presidente - CPF 543.636.087-49
Arnaldo Silaid Muxfeldt	Diretor Vice-Presidente - CPF 408.473.067-04
Gustavo Bogossian Roque	Diretor Vice-Presidente - CPF 801.508.707-44
Guilherme Isidoro Pereira	Diretor Vice-Presidente - CPF 425.416.707-53
Mário Cesar Bicalho Stein	Diretor Vice-Presidente - CPF 840.480.427-34
Felipe Chagas Pereira - Contador	CRC/RJ 115750/O-1 - CPF 084.190.137-65

O melhor custo-benefício do mercado está no Diário Comercial. Faça uma cotação e comprove.

- Atas
- Avisos
- Editais
- Balancões
- Comunicados
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 83C0-643D-C22-64EA.

www.diariocomercial.com.br

CARNAVAL

Unidos do Viradouro anuncia enredo sobre entidade afro-indígena para 2025

A história de um líder de quilombo que aprendeu com indígenas, há 200 anos, o segredo da força das ervas é a aposta da atual campeã do carnaval carioca para tentar o bicampeonato em 2025. A Unidos do Viradouro levará para o sambódromo da Marquês de Sapucaí o enredo Malunguinho: O mensageiro de três mundos.

O anúncio foi feito em publicação nas redes sociais, na noite de segunda-feira (8). Um vídeo de divulgação mostra Malunguinho, líder do quilombo do Catucá, em Pernambuco, sendo perseguido, até encontrar indígenas em uma floresta, onde adquire conhecimentos ancestrais.

“É com a companhia poderosa dessa entidade afro-indígena, que se manifesta como Caboclo, Mestre e Exu/Trunqueiro, que a Viradouro dá início à caminhada rumo ao Carnaval 2025”, anuncia a publicação.

A escola explica que a história de Malunguinho se passa

em Pernambuco, na primeira metade do século 19. “O quilombo do Catucá era foco de resistência e viu seu último líder, João Batista, o Malunguinho, ser duramente perseguido por seus atos libertários”, ressalta.

“Ao fugir das emboscadas, ocultou-se na mata e aprendeu com os indígenas o segredo da força das ervas. Assim, tornou-se Mensageiro de Três Mundos: Mata, Jurema e Encruzilhada. Malunguinho é o dono da chave mágica para abrir senzala e fechar o corpo dos que a ele rogam proteção.”

O carnavalesco Tarcísio Zanon explica que o enredo nasceu da ideia de reorganizar o imaginário do popular brasileiro. “Isso a gente vem fazendo desde a história das Ganhadeiras de Itapuã”, conta, se referindo ao tema que rendeu à escola o título de 2024, quando a vermelha e branca de Niterói falou sobre negras escravizadas até o fim do século 19.

Tarcísio enxerga na escolha dos enredos uma forma de levar ao público importantes personagens históricos que ficaram desconhecidos durante muito tempo.

“A Viradouro, com a missão de escola de samba, de espaço cultural e de trazer mensagens motivacionais e de reparação histórica, optou por falar sobre esse grande homem, esse grande herói nacional, que ainda não tinha tido na Marquês de Sapucaí e no carnaval carioca essa merecida homenagem”, disse.

Outras seis escolas de samba do carnaval carioca já definiram enredos para 2025. Na sexta-feira (5), a Paraíso do Tuiuti divulgou que contará a história de Xica Manicongo, considerada a primeira travesti do Brasil.

Na quinta-feira tinha sido a vez da Portela, que vai homenagear o cantor e compositor Milton Nascimento. “Ser homenageado por uma entidade tão grande como a Portela, é algo que nunca passou



Após vencer o carnaval neste ano com enredo sobre o culto às serpentes na África a Viradouro volta a apostar nas tradições africanas

pela minha cabeça”, escreveu em carta o artista.

A Unidos da Tijuca apresentará um enredo sobre Logunedê, as histórias sobre o menino respeitado pelos mais velhos, conforme a sabedoria oral dos candomblés, que

levará ao público um pouco sobre a diáspora africana.

Atual vice-campeã, a Imperatriz Leopoldinense contará a história da ida de Oxalá ao reino de Oyó com a intenção de visitar Xangô.

A Acadêmicos do Grande

Rio falará sobre o estado do Pará. A Beija-Flor de Nilópolis homenageará Laíla, carnavalesco, diretor de carnaval e um dos grandes campeões do carnaval carioca, que morreu em 2021, em decorrência da covid-19.

DIAGEM REFLORESTAMENTO LTDA.
NIRE nº 35.220.415.632 - CNPJ/MF nº 07.845.250/0001-71

Edital de Convocação Para Reunião Extraordinária de Sócios.

Pelo presente, a sócia majoritária da sociedade **Diagem Reflorestamento Ltda.**, detentora de 90% (noventa por cento) do capital social subscrito e integralizado, **CONVOCA** o sócio minoritário Sr. **BORIS MORO** para **Reunião Extraordinária de Sócios** que será realizada no dia **22 de Abril de 2024, às 10:00 horas, na Praia do Flamengo, nº 278, 4º Andar, Sala 41, Flamengo – Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-030**, escritório do procurador e representante legal da sócia majoritária, a fim de que possam ser deliberadas e decididas as seguintes matérias para **“ORDEM DO DIA”**: I. **alteração da sede social da empresa para o endereço da Praia do Flamengo, nº 278, Apt.º 41, Flamengo, Rio de Janeiro – RJ, Cep.: 22.210-030; II. deliberar, votar e decidir todas as demais matérias que por ventura venham a surgir até a data da RE e durante a realização da mesma.** Considerando que todos os itens acima fazem parte da soberana e expressa vontade da sócia majoritária, detentora de 90% (noventa por cento) do capital societário, este instrumento de **CONVOCAÇÃO** será publicado em órgão oficial de imprensa por 3 dias consecutivos, de sorte a dar ciência a todos os interessados que queiram comparecer à referida reunião extraordinária de sócios, em especial o sócio minoritário.

Rio de Janeiro, **08 de Abril de 2024.**
Diagem Trading Limited – Sócia Majoritária
Pp André Luiz Rocha de Freitas

LIGHT ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 01.917.818/0001-36 - NIRE 33.3.0016560-6
Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Energia S.A. (“Companhia”), realizada em 23 de fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 18h30min, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, Alexandre Nogueira Ferreira, Rodrigo Tostes Solon de Pontes, Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Eduardo Xavier Rodrigues. Sem participar das votações, a Sra. Alana da Costa de Carvalho, convidada para secretariar a reunião. **3. Convocação e instalação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Estatuto Social. A reunião foi devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **4. Mesa:** Presidente: Alexandre Nogueira Ferreira; Secretária: Alana da Costa de Carvalho. **5. Assunto para Deliberação:** Após discussão e análise da matéria submetida à apreciação, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, e sem ressalvas: a) Consignar que tomaram conhecimento dos termos e condições a serem propostos por sua controladora Light S.A. a seus credores no plano modificativo que será apresentado no âmbito da sua recuperação judicial (“PRJ Modificativo da Light S.A.”), em trâmite perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme material de apoio disponibilizado previamente aos Conselheiros. b) Autorizar que a Companhia compareça no PRJ Modificativo da Light S.A., exclusivamente na qualidade de interveniente, de modo a apenas formalizar que a Companhia tomou conhecimento dos termos e condições a serem propostos pela Light S.A. a seus credores, bem como autorizar que os representantes da Companhia assinem o referido plano para esse fim. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada, e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, será assinada de forma eletrônica por todos os Conselheiros presentes, sendo que as assinaturas retroagem à data da reunião. **Alexandre Nogueira Ferreira** - Presidente da Mesa. **Alana da Costa de Carvalho** - Secretária da Mesa. **Conselheiros:** Alexandre Nogueira Ferreira; Rodrigo Tostes Solon de Pontes; Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão; Déborah Meirelles Rosa Brasil; e Eduardo Xavier Rodrigues. Arquivado na JUCERJA nº 6125433 em 11/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
Companhia Aberta

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia”), realizada em 23 de fevereiro de 2024, lavrada sob a forma de sumário dos fatos. 1. Data, horário e local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 19 horas, realizada por videoconferência, nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **2. Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, Alexandre Nogueira Ferreira, Rodrigo Tostes Solon de Pontes, Déborah Meirelles Rosa Brasil, Eduardo Xavier Rodrigues. Sem participar das votações, a Sra. Alana da Costa de Carvalho, convidada para secretariar a reunião. **3. Convocação e instalação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Estatuto Social. A reunião foi devidamente instalada com a presença da totalidade dos membros do Conselho. **4. Mesa:** Presidente: Alexandre Nogueira Ferreira; Secretária: Alana da Costa de Carvalho. **5. Assunto para Deliberação:** Após discussão e análise da matéria submetida à apreciação, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, e sem ressalvas: a) Consignar que tomaram conhecimento dos termos e condições a serem propostos por sua controladora Light S.A. a seus credores no plano modificativo que será apresentado no âmbito da sua recuperação judicial (“PRJ Modificativo da Light S.A.”), em trâmite perante o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme material de apoio disponibilizado previamente aos Conselheiros. b) Autorizar que a Companhia compareça no PRJ Modificativo da Light S.A., exclusivamente na qualidade de interveniente, de modo a apenas formalizar que a Companhia tomou conhecimento dos termos e condições a serem propostos pela Light S.A. a seus credores, bem como autorizar que os representantes da Companhia assinem o referido plano para esse fim. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada, e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, será assinada de forma eletrônica por todos os Conselheiros presentes, sendo que as assinaturas retroagem à data da reunião. **Alexandre Nogueira Ferreira** - Presidente da Mesa. **Alana da Costa de Carvalho** - Secretária da Mesa. **Conselheiros:** Alexandre Nogueira Ferreira; Rodrigo Tostes Solon de Pontes; Déborah Meirelles Rosa Brasil; e Eduardo Xavier Rodrigues. Arquivado na JUCERJA nº 6145190 em 25/03/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

FEDERAÇÃO DE PICKLEBALL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Edital de Convocação

Convidamos todas as entidades de prática esportiva da modalidade de PICKLEBALL no estado do Rio de Janeiro, como também profissionais da modalidade interessados em participarem da Assembleia Geral para Constituição da Federação de Pickleball do Estado do Rio de Janeiro, a realizar-se no dia 18 de Abril de 2024 às 21:30 horas em primeira chamada e às 21:45 em segunda chamada e última chamada, na Rua Joaquim Nabuco 189 - apartamento 105, Ipanema/RJ e também online através do link que deverá ser solicitado ao Presidente e representante da APRJ, Marcus Paulo através do Direct de Instagram da “Associação de Pickleball do estado do Rio de Janeiro”, e ainda possível a solicitação do mesmo link ao Marcelo Silva através do WhatsApp 21 97164 4144 ou Direct do perfil “@pickleballriobrasil” para a finalidade de apreciarem, discutirem e deliberarem quanto a constituição da Federação de Pickleball do Estado do Rio de Janeiro, atendendo a seguinte Ordem do Dia: 1) Discussão e deliberação da constituição da Federação de Pickleball do Estado do Rio de Janeiro; 2) Discussão e deliberação da minuta dos Estatutos da Federação; 3) Estabelecimento do endereço da Sede da Federação; 4) Eleição da Posse do Presidente, Vice- Presidente, Membros do Conselho Fiscal e nomeação dos Diretores; 5) Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro 02 de Abril de 2024.
Comissão organizadora.

EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S.A.
CNPJ: 10.476.221/0001-94

Convocação: Ficam os Acionistas convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 19/04/2024, às dez horas, na sede social da Companhia, situada à Rua da Assembleia, nº 10, sala 3611, Centro, Rio de Janeiro/ RJ, CEP 20.011-901, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação do relatório da administração, das contas da Diretoria e das demonstrações financeiras da Companhia e a destinação do lucro/prejuízo do exercício encerrado em 31/12/2023; (ii) Aprovação da remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício de 2024; (iii) Aprovação, com efeitos retroativos, do Programa de Meta e de Participação nos Lucros e Resultados de 2023 da Companhia e de suas subsidiárias; e (iv) Assuntos diversos/encerramento. Diretoria

SICPA AMÉRICA DO SUL INDÚSTRIA S.A.
CNPJ nº 28.721.821/0001-36 - NIRE 33.3.0032479-8

Convocação – Assembleia Geral Ordinária: Ficam os acionistas convocados para se reunirem em AGO a ser realizada no dia **16/04/2024 às 11h, de forma virtual**, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas da Administração e examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31/12/2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2023. Os links para acesso à Assembleia serão disponibilizados posteriormente a todos os acionistas. Rio de Janeiro, **4 de abril de 2024.** **SICPA América do Sul Indústria S.A.**

VIBRA

Vibra Energia S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 34.274.233/0001-02 - NIRE 33300013920

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da Vibra Energia S.A. em reunião levada a efeito em 01/04/2024 (Ata CA nº 913), sob a presidência do Presidente do Conselho de Administração Sergio Agapito Lires Rial, com a participação dos Conselheiros, Clarissa de Araujo Lins, David Zylbersztajn, Fabio Schvartsman, Mateus Affonso Bandeira, Nildemar Secches, Pedro Santos Ripper e Walter Schalka, deliberou sobre os seguintes assuntos: **(i) Eleição de Diretor Vice-presidente Executivo Comercial B2B da Vibra.** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, em conformidade com recomendação favorável do Comitê de Governança, Pessoas e Remuneração, aprovaram a eleição de **JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO** para o cargo de Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B, com prazo de gestão de 2 (dois) anos, contados desta data, em substituição ao atual Vice-presidente Bernardo Kos Winik. Rio de Janeiro, 03 de abril de 2024. Flavia Rita Raduswesi Quintal Tanabe - Secretária do Conselho de Administração. Certifico o arquivamento em 08/04/2024 sob o número 00006170316 e demais constantes do termo de autenticação. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

REAL ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 36.079.804/0001-75

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 17.04.24. Real Engenharia e Incorporações S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.079.804/0001-75, com sua sede na Rua São José nº 70, sala 1901, Centro, na cidade e estado do Rio de Janeiro, vem CONVOCAR todos os seus acionistas da sociedade e especialmente V.Sas., para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, nos termos dos artigos 124 e 131, da Lei nº 6.404/76, que será realizada no dia 17.04.24, de forma exclusivamente virtual, no endereço eletrônico: <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1607FECC18F7>, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 1/2 (metade) do capital social com direito a voto, e às 14:00 horas, em segunda e última convocação, às 14:30 horas, com qualquer número de acionistas, nos termos do artigo 20, dos Estatutos Sociais da sociedade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1. Aprovação de contas do exercício social encerrado em 31.12.23; 2. Destinação do Resultado do exercício de 2023; 3. Eleição da Diretoria para o mandato de 01.05.24 a 30.04.27; 4. Fixação da remuneração da diretoria a ser eleita; e 5. Assuntos de interesse geral. Em conformidade com o artigo 23 dos Estatutos Sociais da Sociedade, o acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há pelo menos 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, ou, ainda por seu representante legal. Conforme autorizado pela Lei 6.404/76, art. 124, §2º-A, a Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente digital, mediante sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia aos seus acionistas para que acompanhem e votem a distância na Assembleia, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para o exercício do direito de voto. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS) ESTÃO DISPONÍVEIS PARA CONHECIMENTO PRÉVIO NO SEGUINTE ENDEREÇO: **CENTRAL DE BALANÇOS.GOV.BR** na rede mundial de computadores. Para participar e deliberar na Assembleia, os acionistas devem observar as seguintes orientações, as quais estão detalhadas e disponível para download no Endereço Eletrônico do Evento: <https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1607FECC18F7>. a) Os instrumentos de procuração, os documentos de identificação e de posição acionária serão recebidos mediante ao cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no Endereço Eletrônico do Evento em até 48 horas antes da realização da Assembleia. b) tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. c) após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, “Painel de Representantes”, que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representante, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. d) O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas, seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo fixado neste Edital de Convocação. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2024. **REAL ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES S.A.** **CARLOS ALVES SECCHIN** - Diretor Presidente e Acionista.**

HOTÉIS OTHON S.A.
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

CNPJ/MF 33.200.049/0001-47 - NIRE 33300096302 - Cia de Capital Aberto

Edital de Convocação - Ficam os senhores acionistas convocados a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE**, marcada para o dia 30.04.2024, às 10:00 horas, na Sede da Companhia, localizada à Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana, Rio de Janeiro/RJ., a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** **1) AGO: 1.1** - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, considerando o Parecer dos Auditores Independentes; **1.2** - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2023; **2) AGE: 2.1) Ordem do Dia:** (i) deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral, a **HHB Empresa Brasileira de Novos Hotéis Ltda.**; (ii) ratificar o protocolo de Incorporação celebrado entre as duas sociedades, acompanhado de Justificação de Incorporação; (iii) ratificar sobre a nomeação dos peritos avaliadores para avaliar o patrimônio líquido da sociedade incorporada; (iv) Aprovar o Laudo da Avaliação do acervo líquido da sociedade incorporada, a ser vertido à Companhia; e (v) outros assuntos de interesse social. Aham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, situada na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 995, 2º andar (parte), Copacabana/RJ, os documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023. **3) Informações Gerais:** A assembleia será realizada exclusivamente de modo presencial. Os acionistas Pessoas Físicas ou procuradores que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência à data designada para a realização da Assembleia, o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante, bem como os documentos que comprovem a titularidade das ações do Outorgante. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024. Renato Bezerra de Mello de Vasconcelos - Presidente do Conselho de Administração.

Pro-Ofaltmo Micro Cirurgia Ocular S/C Ltda.
CNPJ: 97.515.480/0001-65

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os senhores sócios da Pro-Ofaltmo Microcirurgia Ocular S/C Ltda. (“Sociedade”) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia **29/04/2024**, na sede da sociedade, na Rua Álvaro Ramos 550/60, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22280-110, com início às **10:00 horas**, em **primeira convocação**, com a presença de, no mínimo, três quartos do capital social e, em **segunda convocação**, às **10:30 horas**, com a presença de qualquer número de sócios, com a seguinte ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (2) Deliberar sobre: (i) alienação das cotas em tesouraria; (ii) modificação do Contrato Social para refletir (a) a alienação de cotas pelo Sr. Sérgio Lessa ao Sr. Harald Emil Borna e (b) o ingresso na Sociedade dos herdeiros do sócio falecido Carlucio de Oliveira Andrade; (iii) proposta da Diretoria de alteração do Contrato Social para (a) redução do número de membros da Diretoria; (b) extinção do Conselho Científico da Sociedade; e (c) conversão da Sociedade em Sociedade Empresária Limitada. Informamos que os documentos da administração requeridos por lei estão disponíveis para consulta na sede social. Os sócios podem nomear procuradores com poderes específicos para representá-los na Assembleia Geral, por meio de procuração, com firma reconhecida, contemplando poderes para votar em nome do sócio outorgante na Assembleia. O referido instrumento deverá ser apresentado na própria Assembleia. Rio de Janeiro, 03 de Abril de 2024. Harald Emil Borna - Sócio Administrador.

SERVIÇOS DE PRINTER PARA IPO E FOLLOW ON

Formulário de Referência
Prospecto e Offering Memorandum
ITR e DFP
Data Room Venue® by DFIN
Atendimento 24h

LUZ
CAPITAL MARKETS
www.luzcm.com



Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fimados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais					Balancos Patrimoniais					Demonstrações do Resultado						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado		Receita Líquida	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22			31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Circulante		1.404.754	588.620	1.583.579	836.269	Circulante		643.676	579.799	743.228	662.430	1.860.284	1.489.500	2.279.791	1.793.969	
Caixa e equivalentes de caixa	4	903.530	154.328	911.171	156.854	Emprestimos e financiamentos	11	137.895	167.469	138.440	169.909	(1.342.273)	(1.185.296)	(1.397.834)	(1.233.550)	
Contas a receber de clientes	5	224.101	193.250	235.522	323.598	Fornecedores		294.889	236.805	315.579	252.372	518.011	304.054	881.957	560.419	
Estoques	6	186.326	181.173	321.904	277.560	Fornecedores risco sacado		15.225	15.568	15.225	15.838					
Impostos a recuperar	7	73.911	56.110	95.870	72.904	Partes relacionadas		3.019	7.839	3.019	7.839	(52.176)	(46.939)	(119.868)	(96.719)	
Outros ativos circulantes	8	16.989	16.989	19.920	5.453	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		58.767	48.905	58.767	48.905	(244.845)	(166.309)	(512.009)	(346.364)	
Não Circulante		975.701	1.057.118	915.810	911.665	Obrigação de renda e contribuição social a pagar			245		3.765	(12.202)	6.148			
Impostos a recuperar	7		68.677		78.989	Arrendamentos a pagar		9.725	4.525	13.817	8.231	(47.201)	4.611	(47.035)	4.837	
Partes relacionadas		153.725	225.733			Juros sobre capital próprio		40.876	41.660	40.876	41.660	(356.424)	(214.781)	(678.912)	(438.246)	
Depósitos, cauções e outros		1.337	1.607	2.704	7.128	Outros passivos circulantes		80.095	55.783	134.991	100.479	161.587	89.273	203.045	122.173	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		48.397	51.893	87.841	89.805	Débitos com terceiros para investimentos		3.185	1.000	3.185	1.000	42.034	33.237	13.083	12.561	
Investimentos em controladas	8	34.053	42.606			Não Circulante		743.480	203.636	762.862	223.130	(26.744)	(43.516)	(38.809)	(51.010)	
Imobilizado	9	301.662	237.214	369.017	286.293	Emprestimos e financiamentos	11	677.446	176.647	678.061	177.599	15.290	(10.279)	(25.786)	(38.449)	
Direito de uso		29.631	21.980	36.159	27.740	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		32.750	32.750	32.750	96	176.877	78.994	177.319	83.725	
Intangível	10	407.498	424.266	496.289	421.710	Obrigações a pagar		22.805	18.154	22.805	20.244	(19.490)	1.186	(25.584)	(2.334)	
Total do Ativo		2.380.455	1.645.806	2.499.389	1.747.934	Outros passivos não circulantes		2.805	4.835	2.805	20.337	(12.202)	6.148			
						Débitos com terceiros para investimentos		10.153	4.000	10.225	4.073	(23.879)	10.811	(24.322)	(6.089)	
						Patrimônio Líquido		993.299	862.371	993.299	862.371	152.997	89.813	152.997	89.813	
						Capital social		792.562	750.902	792.562	750.902					
						Reservas de incentivo fiscal		175.375	92.072	175.375	92.072					
						Reserva legal		18.074	10.424	18.074	10.424					
						Reserva de reavaliação		7.288	8.973	7.288	8.973					
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.380.455	1.645.806	2.499.389	1.747.934					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
Reserva de lucros	Reservas de		Lucros	Total do
	Capital social	Incentivo fiscal		
Saldo em 1º/01/2022	750.902	78.133	5.933	834.968
Lucro do exercício				89.813
Realização da reserva de reavaliação			(1.527)	1.527
Destinação do lucro do exercício:				
Reserva legal		4.491		(4.491)
Subvenção para investimento	13.939			(13.939)
Distribuição de juros sobre capital próprio			(46.550)	(46.550)
Saldo em 31/12/2022	750.902	92.072	10.424	853.398
Aumento de capital	41.660			41.660
Lucro do exercício				152.997
Realização da reserva de reavaliação			(1.685)	1.685
Destinação do lucro do exercício:				
Reserva legal		7.650		(7.650)
Subvenção para investimento	83.303			(83.303)
Distribuição de juros sobre capital próprio			(63.729)	(63.729)
Saldo em 31/12/2023	792.562	175.375	18.074	985.991

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Flora ou Companhia) e suas subsidiárias Integral Flora Distribuidora de Higiene e Limpeza Ltda. (Flora Distribuidora), Tróia S.A. Produtos de Limpeza e Vyvedas Cosméticos do Brasil Ltda., controladas da J&F Investimentos S.A. (J&F Investimentos), operam o ramo de cosméticos e limpeza, que compreende a industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, água sanitária, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desodorizante, shampoos, condicionadores, desodorantes, sabonetes líquidos, álcool em gel e inseticidas. A sede da Companhia é localizada na Rua Lemos Monteiro 120, 20º andar, Butantã, São Paulo, Brasil. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação, pelas Companhias de capital aberto, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas demonstrações contábeis apresentadas. As demonstrações contábeis consolidadas, estão condensadas. O conjunto completo das demonstrações contábeis estão disponíveis na sede da Companhia. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado". As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A elaboração das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Alterações das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão nas atividades da Companhia. As premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dos saldos contábeis de ativos e passivos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3 - Combinação de negócios; • Nota 5 - Contas a receber - Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa; • Nota 6 - Estoques - Provisão para perdas; • Nota 9 - Ativo Imobilizado - Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados; • Nota 10 - Intangível - Teste de valor recuperável dos ativos intangíveis; As práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas as quais se relacionam, entretanto, a fim de proporcionar um entendimento mais completo da Administração e respectivas políticas e procedimentos de implementação, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis: **a. Apreciação Contábil:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre a Companhia e suas subsidiárias integral. Na nota 13 apresentamos a conciliação da receita líquida. As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência. **b. Teste de recuperabilidade de ativo e de ativos intangíveis:** A Companhia e suas controladas realizam aquisições que geram ativo de reabilitação futura e outros ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida. As regras contábeis vigentes não permitem que o ativo de reabilitação futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados, entretanto, eles devem ter seu valor de recuperabilidade testado ao menos anualmente. A Administração utiliza julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil, e geralmente contrata prestadores de serviços para assistir no processo de valorização. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa líquida apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos. Os ativos tem seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. O teste de recuperabilidade utiliza-se da última projeção de fluxo de caixa relacionada com o ativo em cada exercício prospectivo e inclui consideração da inflação do período, taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos, não se valendo de perpetuidade. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Não há indícios de que deva existir uma mudança material nas atuais estimativas ou dos fluxos estimados que possam expor a Companhia a perda de valor recuperável material. **c. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente:** A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados à utilização de 30% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja benefícios fiscais disponíveis para compensação, baseados em pareceres de advogados, projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização. **d. Provisões, Ativos e Passivos contingentes:** A preparação das informações contábeis requer que a Administração se utilize de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dadas as incertezas de naturezas fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração se utilize de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **i. Ativos Contingentes:** Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente e a Companhia somente promove sua divulgação quando um fluxo de entrada de benefícios econômicos é provável. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente (pelo menos uma vez em cada exercício) para garantir a relação apropriada entre o valor contábil e o valor econômico. Quando for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo não é considerado contingente, devendo ser reconhecido com o seu correspondente ganho nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. **ii. Provisões:** A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. **e. Subvenção para investimento:** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atenda as condições de descrição da Administração. A subvenção para investimento é reconhecida como ativo ou passivo financeiro. A remuneração dos ativos e passivos financeiros ocorre no final de cada período de acordo com a classificação de cada ativo ou passivo financeiro. A Companhia não designou nenhum derivativo como hedge de fluxo de caixa, e portanto, todo o ajuste de valor justo é reconhecido no resultado do período. **h.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente reduzido o risco ou os benefícios da propriedade. Ativos financeiros cujo custo amortizado, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos", para os instrumentos derivativos. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucro ou prejuízo; (ii) cujos termos contratuais não originam, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. Ativos financeiros mensurados o valor justo por meio do resultado abrangente: São ativos financeiros mantidos pela Empresa (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais não originam, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Empresa optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nesta categoria. Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. **g. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **n. Demonstrações contábeis consolidadas:** A Companhia consolida integralmente todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando esta exposta ou tem direito de retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir. Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados. A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação; e (iii) a taxa de desconto. **j. Novos Pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável e CPC:** **1.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas: Efetivas a partir de 1º de janeiro de 2023:** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 - inclui esclarecimentos diretos a partir de 1º de janeiro de 2023, como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital". **l. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Quando relevante, os ativos e passivos monetários

★ **continuação**

acionária por montante de R\$ 1.682. A aquisição faz parte dos planos da Companhia para introdução ao segmento de alta renda em cuidados pessoais, beleza e cosméticos com lojas físicas e e-commerce. O ágio gerado nesta combinação de negócios é de R\$ 5.719 e, somente é elegível para dedução fiscal pela incorporação ou alienação dos ativos e passivos assumidos. O ágio recuperável não é amortizável e só sujeita a teste anual de valor recuperado. **Teste dos intangíveis com vida útil indefinida para verificação de perda do valor recuperável:** A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativos dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas nas melhores estimativas da administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital (WACC). De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tanto em vista da natureza dos negócios quanto em função do prazo indeterminado. A administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 (F) - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 12,0% a 16,0% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:
• **Receitas de vendas** - As receitas foram projetadas entre 2024 e 2029 considerando os crescimentos do volume dos diferentes produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
• **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da entidade, bem como, com o crescimento histórico das receitas. Além disso, foram considerados ganhos de eficiência derivados de sinergias de combinações de negócios e melhorias de processos.
• **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infraestrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos. As premissas-chaves foram baseadas no desempenho histórico da entidade e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.
11. Emprestimos e financiamentos: Reconciliados pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Após o reconhecimento inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

Modalidade	Emissor e garantidor	Covenants/Garantias	Eventos de inadimplemento	Saldo em 31.12.23
CRA - Certificado de recebíveis do Agronegócio	Flora S.A. J&F Investimentos	Existem covenants que podem restringir a Emissora, sua controlada, dentre outras coisas em: <ul style="list-style-type: none"> • cumprir o plano de determinação de índices financeiros relacionados a Dívida líquida, Ebitda e despesas financeiras dos últimos doze meses; • criar ônus; • distribuir e/ou pagar dividendos, JCP caso esteja em mora com suas obrigações; • vender ou alienar determinados ativos; • reduzir capital da Emissora sem prévia autorização; • celebrar qualquer tipo de empréstimo a terceiros, sem prévia autorização; • celebrar qualquer tipo de empréstimo com partes relacionadas, inclusive controladas e/ou empresa do mesmo grupo econômico em condições fora de mercado; e • celebrar cisão, fusão ou alienar substancialmente os ativos. 	<ul style="list-style-type: none"> 1 Eventos de inadimplemento de praxe. Na incidência de eventos de inadimplemento poderá ocorrer o vencimento antecipado (automático ou não) das Debêntures. 	261.079

1 Eventos de inadimplemento de praxe incluem o descumprimento ou insolvência de termos, restrições contratuais ou outras avanços previstos em referida linha de crédito, inadimplemento de outro endividamento, proclamação de sentença judicial ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou sua controlada, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência. A Companhia informa, no que tange as restrições contra o que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estava em total conformidade.

11.1 Movimentação de atividades de financiamento:

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	344.116	347.508
Varições no fluxo de caixa de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos captados	649.185	649.185
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(173.505)	(178.967)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	475.680	470.218
Outras variações:		
Despesas com juros	67.947	68.438
Juros pagos	(72.402)	(72.606)
Combinação de negócios		
Total das outras variações relacionadas com passivos	(4.455)	(1.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	815.341	816.501

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.

Taxa média anual	Indexador	Vencimento LP	Controladora		71	95	71
			Circulante	Não Circulante			
6,00%	-	-	71	95	-	-	-
15,76%	CDI	2024-26-28	20.577	39.253	533.614	28.571	-
13,31%	CDI e IPCA	2024-27	117.247	128.121	143.832	148.005	-
			137.895	167.469	677.446	176.647	-
Taxa média anual	Indexador	Vencimento LP	Circulante	Não Circulante	Consolidado		
6,00%	-	-	71	95	71	95	71
15,76%	CDI	2024-26-28	20.577	39.753	533.614	28.637	-
13,31%	CDI e IPCA	2024-27	117.247	128.121	143.832	148.005	-
15,50%		2024-26	545	1.452	615	886	-
			138.440	169.421	678.061	177.599	-
					488	-	-
					488	-	-

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
2024		128.642		128.778
2025	116.981	-	116.981	-
2026	191.040	-	191.655	816
2027	205.556	48.005	205.556	48.005
2028	142.353	-	142.353	-
2029	21.516	-	21.516	-
	677.446	176.647	678.061	177.599

As parcelas de longo prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 compreendem os montantes vencíveis a partir do 1º de janeiro de 2025. **Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários:** De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 08 - Custos de transação e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam. **Garantias e restrições contratuais ("covenants"):** Abaixo apresentamos o detalhamento das garantias e restrições contratuais relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	340.289	345.842
Varições no fluxo de caixa de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos captados	46.850	46.850
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.047)	(46.086)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	7.803	764
Outras variações:		
Despesas com juros	50.666	51.279
Juros pagos	(54.642)	(55.013)
Combinação de negócios		4.639
Total das outras variações relacionadas com passivos	(3.976)	902
Saldo em 31 de dezembro de 2022	344.116	347.508

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento de receita e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita, assim como as suas respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto. **Avaliação de recuperabilidade de ativo imobilizado e intangível, incluindo ágio com expectativa de rentabilidade futura ("impairment"):** Em 31 de dezembro de 2023, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta os montantes de R\$ 301.062 mil e R\$ 369.017 mil (ativo imobilizado), R\$ 339.541 mil (ativo intangível, excluindo o ágio com expectativa de rentabilidade futura), e R\$ 80.548 mil e R\$ 82.573 mil (ágio com expectativa de rentabilidade futura), cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos. Conforme mencionado nas Notas Explicativas dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela administração da Companhia. • **Continuamos desafiados** em termos de metodologia usada para a administração da Companhia e a metodologia usada por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, nos cálculos das projeções acima que incluem, entre outros, premissas quanto à estimativa de compras e vendas, taxas de crescimento nas operações, margens de lucro esperadas e a taxa de desconto. Sendo assim, esse assunto foi considerado, pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros:
• **Avaliação quanto a indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;**
• **Revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela administração da Companhia;**
• **Contínua desafiado** das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que devesssem ser revistas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação, fatores de risco e de preços;
• **Revisão dos parâmetros de definição da taxa do custo médio ponderado de capital (WACC);**
• **Recálculo do teste de recuperabilidade;** e
• **Avaliação** se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessarem suas operações, ou não houver nenhuma alternativa viável para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela manutenção da Companhia e sua controlada são aqueles que respondem pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria conforme nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro

12. Patrimônio líquido: **a) Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 792.562, representado por 42.056.327 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **b. Reserva de reavaliação:** Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa. **c. Reservas de lucro:** **Legal:** Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observando o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **Subvenção para investimento:** Conforme descrito na nota explicativa 2, item e, a Companhia goza de incentivos fiscais por meio da participação do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (Prozuir) (Lei 13.591/2000). Em atendimento às condições estabelecidas para gozador desse incentivo e, conforme disposto no art. 30 da Lei. 12.973/14 combinado com o Art. 202 da Lei. 6.404/76, no exercício em que for apurado lucro, a Companhia deverá constituir reserva de subvenção para investimento à base do saldo remanescente do lucro líquido após a destinação da reserva legal, e não superior ao valor recebido como doação ou incentivo. **d. Dividendos:** Serão distribuídos dividendos obrigatórios não inferiores, em cada exercício, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária. Os dividendos são calculados após a retenção da reserva legal e de subvenção para investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram declarados pela Administração, juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 63.729. **13. Receita líquida:** A receita de vendas é reconhecida no resultado do período baseado no modelo de cinco passos do CPC 47/IFRS 15, quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre a Companhia e sua subsidiária integral.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Receita Bruta				
Receitas de vendas				
Mercado interno	2.350.790	1.841.042	2.888.286	2.227.520
Mercado externo	117	1.233	117	1.233
	2.350.907	1.842.275	2.888.403	2.228.753

Deduções de vendas

Devolução e descontos (153.007) (99.226) (285.597) (191.202)

Impostos sobre as vendas (337.616) (253.699) (323.015) (243.582)

(490.623) (352.925) (608.612) (434.784)

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	340.289	345.842
Varições no fluxo de caixa de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos captados	46.850	46.850
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.047)	(46.086)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	7.803	764
Outras variações:		
Despesas com juros	50.666	51.279
Juros pagos	(54.642)	(55.013)
Combinação de negócios		4.639
Total das outras variações relacionadas com passivos	(3.976)	902
Saldo em 31 de dezembro de 2022	344.116	347.508

Receita Líquida

1.860.284 1.489.350 2.279.791 1.793.969

14. Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Após a aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de fevereiro de 2024, as mesmas foram aprovadas para emissão pela Companhia. **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis e sobre o Relatório dos Auditores Independentes:** Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Diretoria Executiva	
Sérgio Roberto Caldas Júnior - Diretor Presidente	
Yu Ta Ma - Diretor Financeiro	
Conselho de Administração	
Agualnaldo Gomes Ramos Filho - Presidente do Conselho	
José Batista Sobrinho - Conselheiro	
Francisco de Assis e Silva - Conselheiro	
Contador	
Vanderson Alexandre Martins	
CRC SP: 252781/O-3	

e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.** O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contos, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
• **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;**
• **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;**
• **Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuação operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada.** Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;
• **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;**
• **Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das Entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.** Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por que as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

Rafael Schmidt da Silva
Contador - CRC 1 SP 258652/O-3

Blum Companhia de Securitização de Créditos

CNPJ nº 20.451.953/0001-83 - NIRE 35.300.481.631

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos ("Termo de Securitização"), a reunirem-se, em primeira convocação, para a Décima Primeira Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a ser realizada, no dia 29 de abril de 2024, às 14:00h, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto ("Asssembleia"), por meio da plataforma *Microsoft Teams* (conforme instruções abaixo), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos acima mencionados e com base nas instruções abaixo, sendo vedada a manifestação através da Instrução de Voto a distância. Serão deliberados os itens a seguir: (i) Aprovar as demonstrações financeiras do patrimônio separado referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada ("Demonstrações Financeiras de 2023"); (ii) Aprovar as demonstrações financeiras do patrimônio separado referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e emitidas sem ressalvas e sem opinião modificada ("Demonstrações Financeiras de 2022") e, quando em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 2023, ("Demonstrações Financeiras"); e (iii) Autorização à Securitizadora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta Ordem do Dia. Caso não seja possível obter o quórum necessário para instalação da Assembleia, a aprovação das Demonstrações Financeiras, cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, se dará de forma automática, nos termos do artigo 25, §2º, da Resolução CVM 60. As Demonstrações Financeiras estão disponíveis no site da Securitizadora, no site <https://blumsec.com/itens/cri6a/>, na aba "Demonstrações Financeiras". Os Titulares dos CRI deverão encaminhar à Securitizadora e à Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ/MF nº 0 nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos documentos comprobatórios de sua representação, para os e-mails blumsec@blum-sec.com e assemblies@pentagontrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo aceito até o horário de início da Assembleia, conforme determina a Resolução CVM 60. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: (a) participante pessoa física - cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração; (b) participante pessoa jurídica - cópia digitalizada do documento de identificação da respectiva pessoa jurídica; ou (c) participante pessoa jurídica - cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abuso bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração. São Paulo - SP. 05 de abril de 2024.

Blum Companhia de Securitização de Créditos

SC EDU PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ nº 40.114.495/0001-02 - NIRE 35.300.561.295

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Art. 123, alínea "b", da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), pelo acionista SC EDU FIP MULTISTRATÉGIA E.I., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNEJ") sob o nº 36.609.028/0001-78, devidamente representado por seu gestor registrada na Comissão de Valores Mobiliários, Sharpnet Capital Administradora de Recursos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.162.455/0001-20, com sede na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Funchal, nº 411, Conj. 51, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-060, ficam convocados os senhores acionistas da SC EDU PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.114.495/0001-02, com sede na Capital do Estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 10º Andar, Conjunto 101, Bairro Brooklin, CEP 04511-900, para a reunião em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 18 de abril de 2024, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, através da plataforma "*Microsoft Teams*", pelo link [https://teams.microsoft.com/j2?meetingjoin=trust/1/meetup-join/19:meeting_NjcyMmY3MmNlZWY0ZDkxLTU0MDhNcWZkYzY2MDBi@thread_v2?context=97b7%2D62f22%3a2e2e0191b17-6afe-482b-8037-94ae17a7309%2D201d](https://teams.microsoft.com/j2?meetingjoin=trust/1/meetup-join/19:meeting_NjcyMmY3MmNlZWY0ZDkxLTU0MDhNcWZkYzY2MDBi@thread_v2?context=97b7%2D62f22%3a2e2e0191b17-6afe-482b-8037-94ae17a7309%2D201d9%2B3a%2a2f891c0-6978-4734-9b27-8667809210c2%7F8dCT-1712589598580R- Outlook-Body&ID=98A59F52-4402-43BA-A188-6890BA3CD008&anon=true&deepin-link=054726d-50dc-4954-94c1-d399898bdf06)

DISPUTAS

Prefeitura de São Paulo quer criar Parque do Bixiga para criar Parque do Bixiga

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei que cria o Parque do Bixiga, na região central da cidade. O texto foi protocolado na noite dessa segunda-feira, 8, e agora segue para avaliação de Comissões no Legislativo antes de ir ao plenário.

O terreno onde o parque deve ser criado é de propriedade do Grupo Silvio Santos e já foi alvo de disputas judiciais movidas pelo idealizador do projeto, o dramaturgo José Celso Martinez Corrêa, que morreu em 2023 aos 86 anos em um incêndio. A intenção inicial dos proprietários era construir edifícios no local, mas é discutida a possibilidade de venda para a Prefeitura.

A despesa de compra poderá ser coberta a partir dos valores obtidos em acordo de R\$1 bilhão fechado entre Prefeitura, Ministério Público do Estado e a Universidade Nove de Julho (Uninove), em função de processo envolvendo ocupações de pagamento de propinas pela instituição a fiscais municipais.

Segundo o texto apresentado à Câmara, as despesas para implementação do parque partirão de "dotações orçamentárias próprias" que, em caso de necessidade, poderão ser suplementadas.

A proposta aponta o bairro do Bixiga como local histórico em função da presença cultural plural e misturas entre

povos, línguas e histórias. Destaca ainda ser território "único, fruto de luta popular que o defendeu para a criação de um parque que sirva aos moradores e visitantes da região".

De acordo com o Executivo, o projeto está alinhado a objetivos estratégicos do 7º artigo do Plano Diretor vigente na cidade, entre os quais o texto destaca a ampliação e requalificação dos espaços públicos, as áreas verdes e permeáveis e a paisagem; proteção do patrimônio histórico, cultural e religioso e valorização a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade e recuperação e reabilitação das áreas centrais da cidade.

Em 2020, a Câmara havia aprovado a criação do Parque do Bixiga em projeto assinado por 27 vereadores e ex-vereadores de partidos diversos. A celebração foi interrompida dias depois, com o veto da gestão Bruno Covas (PSDB), que tinha Ricardo Nunes (MDB) como vice. O veto foi assinado pelo então prefeito em exercício e presidente da Câmara à época, Eduardo Tuma (PSDB).

A justificativa foi que a declaração de utilidade pública de bens particulares é "ato típico da gestão administrativa" e que o projeto não indicava a possível dotação orçamentária para viabilizar a implantação.

O veto ainda ressaltava que o espaço não está entre os parques prioritários dispostos no Plano Diretor e que não tem "vegetação sig-

nificativa". A área tem cerca de 11 mil m². A época, o Oficina chamou a decisão de "covarde, autoritária e irresponsável".

Um novo projeto de lei foi levado à Câmara e aprovado em primeira discussão, em 2022, do então vereador Eduardo Suplicy (PT). O texto não foi colocado para segunda e definitiva votação. Após a morte do dramaturgo, o vereador Celso Giannazi (PSOL) apresentou um substitutivo ao texto, para que espaço seja batizado de Parque Municipal do Rio Bixiga - Zé Celso Martinez Corrêa.

O Teatro Oficina fica no Bixiga, na Rua Jaceguai, desde os anos 1960. Em 1986, ganhou o projeto atual (de Lina Bo Bardi e Edson Elito), caracterizado pelo palco-pasarela e outras propostas inovadoras para a arquitetura teatral brasileira. O imóvel é tombado nas esferas municipal, estadual e federal.

Um dos argumentos de Zé Celso pela defesa do parque é que Lina e Elito já promunham uma praça pública junto ao teatro, batizada de Anhangabaú da Feliz Cidade. Além disso, os prédios poderiam obstruir a visão do janelão que ocupa grande parte de uma das fachadas laterais do imóvel, enquanto o parque traria lazer e um "respiro" à vizinhança.

A mobilização contra construções do entorno do parque cresceu especialmente

após 2000, quando foi aprovado um projeto para a construção de um shopping no local. Uma outra proposta que incorporava o teatro ao shopping foi apresentada quatro anos depois, também criticada pelo Oficina e posteriormente abandonada pela iniciativa privada.

Depois do shopping, foi a vez das torres. Em 2008, um projeto da Sisan Empreendimentos Imobiliários (ligada ao Grupo Silvio Santos) propôs a construção de um condomínio de três prédios. A obra teve entraves para a aprovação, mas chegou a obter decisões favoráveis nos órgãos municipal e estadual de patrimônio e da seguinte, mas não saiu do papel.

O vaivém de decisões foi celebrado e criticado em textos de Zé Celso. "Vitória! Vitória! Vitória! Vitória/vitória do respiro vazioda sol! / vitória da nossa paixão!", escreveu em um deles, com o estilo de linguagem que lhe era característico.

Em 2017, por exemplo, o conselho estadual de patrimônio cultural chegou a liberar a construção de prédios no local, reacendendo a mobilização, que foi posteriormente barrada em outras esferas. Uma reunião de mediação foi então realizada entre Zé Celso e Silvio Santos, mediada pelo prefeito à época, João Doria (então no PSDB), mas não obteve acordo.

RANKING

Homicídio e pobreza são desafios do Brasil em comparação ao G20

A proporção de homicídios no Brasil é um dos indicadores mais desafiadores do país em uma comparação de dados envolvendo países do G20 (Grupo dos 20, que reúne as principais economias do mundo). A população que vive abaixo da linha de pobreza e a presença de mulheres no Congresso Nacional também são pontos que chamam atenção negativamente.

Por outro lado, a participação de mulheres em posições gerenciais e a taxa de informalidade feminina no mercado de trabalho são pontos positivos do Brasil na comparação internacional.

As constatações fazem parte do estudo Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20, divulgado nesta terça-feira (9) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento apresenta indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incluem a Agenda 2030, um conjunto de metas a serem atingidas pelos países. Os ODS são um compromisso assinado pelos integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015.

Apesar de a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) participarem do G20, esses blocos não estão incluídos na comparação do IBGE. Isso significa que 19 países fazem parte do universo de pesquisa. No entanto, o instituto sinaliza que nem todos disponibilizaram à ONU todas as informações pesquisadas.

Dos sete indicadores ODS comparados, o que mostra o Brasil em pior situação é o número de vítimas de homicídio intencional, por 100 mil habitantes. Os registros são de 2021, ano que apresentou o maior número de homicídios intencionais no mundo em relação as duas últimas décadas.

Entre os 15 países do G20 com informações liberadas, África do Sul, México e Brasil apresentam os maiores números.

No país africano, o índice chegou a 72,04 por 100 mil habitantes entre os homens. Em seguida figuram México (50,54) e Brasil (39,55). Japão (0,25), Coreia do Sul (0,55), Itália (0,64) e Alemanha (0,87) se destacam positivamente.

É possível notar grande diferença de proporção entre homens e mulheres. África do Sul (10,67), México (6,17) e Brasil (3,53) também lideram o ranking de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes.

Para efeito de comparação, a taxa global foi de 5,8 por 100 mil, sendo 9,3 para homens e 2,2 para mulheres. O ODS prevê a redução significativa de todas as formas de violência e as taxas de mortalidade.

Nove países do G20 fornecem dados sobre a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza internacional – US\$ 2,15 por dia (cerca de R\$ 11). O Brasil é o segundo país com maior proporção, com 5,8% da população nesta situação. Perde apenas para a Índia, que tem 12,9% da população abaixo da linha de pobreza. França (0,1%), Estados Unidos (0,2%) e Reino Unido (0,2%) têm as menores proporções.

Os números compilados são de 2021. Isso significa que não registra efeitos mais recentes, como a crise econômica na Argentina, que aparece com apenas 0,9% da população abaixo da linha corte.

É um ODS erradicar a pobreza extrema. O estudo

do IBGE adianta que o Brasil, diferentemente da maioria dos países do G20, já apresentou dados de 2022, alcançando o índice de 3,5%.

Quando o assunto é participação feminina, o Brasil se destaca na proporção de mulheres em posições gerenciais. Dos 15 países ranqueados, o Brasil figura em terceiro, com 38,8%, atrás apenas de Estados Unidos (41,4%) e Rússia (46,2%). Os números são de 2021.

No entanto, quando a avaliação é referente à proporção de assentos ocupados por mulheres em parlamentos nacionais, dados de 2022 colocam o Brasil na penúltima posição entre as 19 nações, com 14,81%. O Brasil fica à frente somente do Japão (9,68%). O ranking é liderado pelo México, que alcançou a igualdade, ou seja, metade das vagas são ocupadas por mulheres.

O levantamento aponta o quadro de desemprego, fazendo recorte analítico por idade e sexo. Os piores índices pertencem à África do Sul. No país africano, cerca de metade da população masculina está desocupada. Entre as mulheres, o desemprego atinge cerca de um quarto delas.

O Brasil encontra-se na metade superior do ranking, rodeado de países emergentes e ainda distante de economias desenvolvidas, como Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul. Itália e França surgem em posições piores que a do Brasil.

Entre homens jovens brasileiros (15 a 24 anos), a taxa de desocupação é de 17,64%. Para as jovens brasileiras, 5,52%. Na população a partir de 25 anos, as taxas brasileiras são de 24,71% para homens e 8,85 para mulheres. No Japão, nenhuma dessas taxas chega a sequer 5%.

Outro indicador relacionado ao mercado de trabalho é a taxa de informalidade, isto é, com garantias trabalhistas. A Índia tem os piores índices para homens (88,18%) e mulheres (91,32%). O Brasil ocupa a sexta posição na listagem de dez países – 40,26% para homens e 36,08% para mulheres. Alemanha e França, na ordem, apresentam as melhores situações, com menos de 5% da força produtiva na informalidade.

Treze países disponibilizam dados de 2021 relativo à taxa de conclusão do ensino médio. Com o melhor indicador, os Estados Unidos alcançaram 94,58%. O Brasil é o nono, com 73,37%, e o México fecha a lista, com 59,53%.

O IBGE considera que o estudo "traz para o debate as sinergias existentes entre a Agenda 2030 e o G20, fornecendo um primeiro conjunto de informações que possam subsidiar as discussões sobre o tema das desigualdades".

Desde dezembro de 2023 o Brasil é o presidente rotativo do G20. Ao longo deste ano, uma série de encontros para tratar de desafios globais são realizados por grupos de trabalho e forças-tarefa. O ponto alto da presidência brasileira no fórum de países será o encontro de cúpula, nos dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro.

O G20 é formado por África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e mais a União Africana e União Europeia.

Os membros do grupo representam cerca de 85% da economia mundial e cerca de dois terços da população do planeta.

Unipar

Unipar Carbochloro S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 33.958.695/0001-78 - NIRE 35.300.454.758

ATA DA 63ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAR CARBOCHLORO S.A., REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2024.

DATA, HORA E LOCAL: 14 de março de 2024, às 10h30, na sede social da Unipar Carbochloro S.A., localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1327, 2ª andar, Sala Dianas, CEP 04543-011, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A reunião foi convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante convocação encaminhada aos Conselheiros em 09 de março de 2024, nos termos do artigo 21, §1º, do Estatuto Social da Companhia. Foram considerados presentes os Conselheiros que participaram de forma remota ou a distância, conforme faculta o artigo 21, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. O Sr. Luiz Barsi Filho foi representado nos termos do artigo 19, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. Assim, presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Bruno Soares Uchino - Presidente; Luiz Barsi Filho - Vice-Presidente; Lucas Queiroz Abud; João Guilherme de Andrade Sô Consólio; Sergio Machado Terra; e Vitor Manuel Cavalcanti Mallmann. **MESA:** Presidente: Bruno Soares Uchino; Secretário: André dos Santos Ferreira. **ORDEM DO DIA:** Deliberar a respeito da Proposta de Deliberação ("PD"), cuja cópia e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecem arquivados na sede da Companhia, sobre: (a) **(i) Realização**, pela Companhia, da sua 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, sem garantias reais ou fiduciárias, no montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Notas Comerciais Escriturais"), conforme disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada ("Lei 14.195" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o regime de **Prontaria Firme de Colocação**, de acordo com os termos a serem previstos no Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), em conformidade com a Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e demais disposições e regulamentações aplicáveis ("Oferta", de acordo com os termos e condições do "Termo de Emissão da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública em Rito de Registro Automático de Distribuição, de Unipar Carbochloro S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Colocador, na qualidade de emitente das Notas Comerciais Escriturais, e **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**, na qualidade de agente fiduciário representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Agente Fiduciário" e "Termo de Emissão", respectivamente); **(ii) Autorização** para que a Diretoria da Companhia pratique todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(iii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(iv) Autorização** para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(v) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer outros instrumentos relacionados e/ou necessários para formalizar a contratação do Agente Fiduciário dos Coordenadores, dos assessores legais e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador, o banco liquidante, a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos aos respectivos instrumentos, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(vi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(vii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(viii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(ix) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(x) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xiv) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xv) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xvi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xvii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xviii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xix) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xx) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxiv) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxv) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxvi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxvii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxviii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxix) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxx) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxiv) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxv) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxvi) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxvii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxviii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xxxix) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xl) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xli) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xlii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta Reunião e independentemente da realização de nova Reunião do Conselho de Administração; **(xliiii) Autorização** para que a Diretoria celebre todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à efetivação da Emissão e/ou da Oferta, incluindo (a) a negociação das demais condições das Notas Comerciais Escriturais; e (b) a elaboração e anexos, procurações, notificações, cartas, documentos de *know your client*, certificados e quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, respeitados os limites e condições a serem aprovados nesta

ATMA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.032.433/0001-80 - NIRE 35300180631 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

Apesar de 2023, a Companhia devido a sua reestruturação vem apresentando um sólido desempenho operacional, com crescimento de receita e margem em suas principais linhas de negócio no 4T23 frente a 3T23. A receita cresceu 20% no 4T23 em comparativo com o 3T23. A ATMA aumentou sua presença em suas principais linhas de negócio, tanto na carteira atual de clientes, como na adição de novos clientes, com destaque para a aquisição da YOUTILITY que reforça a retomada do crescimento da Companhia.

O processo de reestruturação da ATMA envolveu (i) uma profunda revisão operacional, (ii) a reestruturação dos passivos operacionais e financeiros por meio de uma Recuperação Judicial e (iii) a readequação de suas obrigações fiscais com a celebração do Acordo. O processo de Recuperação Judicial foi ajuizado em Junho de 2022 e envolveu mais de 39 mil credores cujos créditos somavam o valor de face de mais 1,4 bilhão de reais. Conforme fatos relevantes devidamente divulgados pela Companhia, (i) em 3 de Março de 2023, os credores da Companhia em Assembleia Geral de Credores, aprovaram com 68,8% dos créditos presentes, o Plano de Recuperação Judicial e (ii) em 5 de Abril do mesmo ano houve a homologação do Plano de Recuperação Judicial pelo Juízo do processo.

Com a celebração Termo de Transação Tributária com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Companhia negociou mais de R\$560 milhões de reais. A reestruturação envolveu uma readequação do montante devido pela Companhia e um refinanciamento do cronograma de pagamento.

Como resultado da reestruturação, o impacto no Patrimônio Líquido da Companhia evoluiu de R\$ 300 milhões negativo no ano de 2022 para R\$ 290 milhões positivo em 2023. Adicionalmente, a Companhia apresentou significativa melhoria em sua liquidez, passando de 0,32 em 2022, para 0,94 no ano de 2023 no índice liquidez corrente.

Diante da exitosa conclusão do processo de reestruturação, a ATMA e suas companhias operacionais – Contax, ELFE, Ability e Youtility - entram em uma nova fase em sua estratégia operacional e de negócios. Sua retomada de crescimento concilia ao nosso profundo expertise já consolidado e reconhecido investimento em inovação, inteligência artificial generativa e serviços digitais.

Tudo isso suportado pela resiliência do nosso maior capital, nossos colaboradores, que acreditaram e se dedicaram a esse processo de superação de obstáculos com muita disciplina, entusiasmo e criatividade. Nossa gente é a garantia do compromisso que temos de entregar resultado, eficiência e dinamismo na construção de novos caminhos.

No lado do ESG, nossa Companhia é constituída dentro de um amplo espectro de diversidade, incluindo colaboradores das mais distintas etnias, raças, gêneros e habilidades (gênero, orientação sexual, formação e origens).

Foram realizados mais de 16 mil treinamentos no período em temas como conduta ética, política anticorrupção, combate ao assédio moral e sexual, segurança da informação e compliance.

Reafirmamos nosso compromisso com o longo prazo, preservando a segurança de todo o nosso time e certos de que os resultados financeiros e operacionais obtidos no ano reforçam a confiança, na equipe e na capacidade de geração de valor aos todos os stakeholders.

Recursos Brutos

Nossa estratégia de crescimento está fundamentada em 3 pilares, sendo: (i) Tecnologia como fator chave para impulsionar o desenvolvimento de serviços, (ii) a recuperação gradual do Market Share, pelo a eficiência operacional e competitividade e da (iii) retomada de uma oferta de *cost selling*, principalmente na integração de serviços de atendimento, vendas e cobrança.

A receita da Companhia no 4T23 apresentou um crescimento de R\$ 15 milhões em relação ao 3T23, passando de R\$ 71 milhões para R\$ 86 milhões. No acumulado do ano a receita totalizou R\$ 336 milhões, com crescimento de 20% no 4T23. Esta melhoria se deve ao crescimento apresentado em todas as unidades de negócio tanto, na carteira atual de clientes, como com o início de operações com novos clientes.

Custos

No 4T23, a Companhia manteve o bom desempenho do resultado bruto, confirmando a melhoria efetiva em sua eficiência operacional.

Os custos operacionais do 4T23 cresceram 20% em relação ao 3T23, devido ao aumento da receita e da manutenção dos custos operacionais, durante o ano de 2023 o resultado ainda apresenta impactos relacionados a queda de Receita e principalmente com desmobilizações de pessoas e sites operacionais.

Em milhões de R\$	2023	2022	YoY
Receita Líquida	3076	672,0	-54%
Custo dos serviços prestados Gerais e Administrativas	(346,7)	(746,6)	16%
(*) Depreciação e amortização	(109,1)	(102,2)	7%
EBITDA	1,1	(64,8)	-2%

Em milhões de R\$	4T23	3T23	QoQ	4T22	YoY
Receita Líquida	85,6	71,4	20%	114,6	-25%
Custo dos serviços prestados Gerais e Administrativas	(52,4)	(87,9)	16%	(147,6)	36%
(*) Depreciação e amortização	(54,0)	(3,2)	1587%	(19,3)	-122%
EBITDA	30,2	26,2	15%	(0,2)	198%
					-22%

No ano de 2023 a Companhia apresentou break-even operacional, com um EBITDA recorrente de R\$ 1,1MM, fruto da continuidade da redução de custos de operação e da geração de caixa positiva em 2023, mesmo que incorrendo em custos adicionais de implantação. Considerando todos os efeitos nos passivos decorrentes da Transação, no 4º trimestre, a Companhia reverteu seu PL deixando positivo em R\$290MM. Ajustou sua dívida em R\$143,4MM e obteve índices de liquidez de 0,94.

Em milhões de R\$	31/12/2023	31/12/2022	Δ
Ativo Circulante	377,2	401,8	(24,62)
Passivo Circulante	401,4	1.272,1	(870,796)
Índice de liquidez corrente	0,94	0,32	0,62

Resultados financeiros 2022/2023	2023	2022	Δ	4T23	3T23	%	4T22	%
Receita operacional líquida	3076	672,0	-54%	85,6	71,4	20%	114,6	-25%
Custos dos serviços prestados	(346,7)	(746,6)	16%	(52,4)	(87,9)	16%	(147,6)	36%
Prejuízo operacional bruto	(39,1)	(75)	-48%	33,2	(16,5)	n.m.	(33,3)	-65%
Gerais e administrativas	(109,1)	(102,2)	7%	(54,0)	(3,1)	1641%	(19,3)	179%
Outras despesas operacionais	(181,5)	(144,0)	-50%	(51,9)	11,1	n.m.	46,9	n.m.
Resultado operacional	(220,5)	(74,8)	195%	(72,7)	(8,5)	759%	(0,7)	n.m.
Recursos financeiros	752,4	6,7	1101%	260,8	14,4	1715%	6,1	n.m.
Despesas financeiras	(56,5)	(172,3)	-60%	(10,2)	(12,7)	n.m.	(19,2)	n.m.
Resultado financeiro	695,9	(134,5)	n.m.	264,9	0,7	n.m.	(19,1)	n.m.
Efeitos da Recuperação Judicial	453,8	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos da transação PGFN	253,4	-	-	(253,4)	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) operacional antes do IR e CSLL	475,4	(209,3)	n.m.	192,2	(7,8)	n.m.	(24,8)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	114,6	0,0	n.m.	114,6	0,0	n.m.	0,0	n.m.
Lucro (Prejuízo) do período	590,0	(209,3)	n.m.	306,8	(7,8)	n.m.	(24,8)	n.m.
Exclusões EBITDA	149,3	11,9	33%	30,2	26,1	-16%	28,5	6%
TOTAL EBITDA	1,1	(64,8)	-102%	9,4	26,1	45%	3,6	n.m.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
ATIVO	Explicativa				Explicativa				
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	10	59.329	99.243				
Contas a receber de clientes	5.1	-	-	85.355	169.637				
Contratos em garantia	5.2	-	-	3.373	3.122				
Tributos a recuperar	6	982	876	181.831	119.175				
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	14.122	10.645				
Total do ativo circulante	983	886	344.011	401.822					
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Depósitos judiciais	18	16.561	16.558	188.444	204.054				
IRPJ e CSLL diferidos	15	625	8.579	124.305	157.637				
Despesas antecipadas e demais ativos	7	-	-	45.895	47.507				
Partes relacionadas		293	-	-	-				
Investimentos em controladas	8.1	561.207	161.527	-	-				
Imobilizado	9	-	-	27.347	37.531				
Intangível	10	356.305	396.968	692.912	712.050				
Direito de uso	11	-	-	21.541	146.548				
Total do ativo não circulante	934.992	583.632	1.100.445	1.305.327					
TOTAL DO ATIVO	935.975	584.518	1.444.456	1.707.149					

Demonstração dos resultados exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	22	-	307.605	672.022
Custos dos serviços prestados	23.1	-	(346.733)	(746.570)
Resultado operacional bruto	-	-	(39.128)	(74.548)
Gerais e administrativas	23.2	(2.364)	(4.860)	(109.143)
Outras (Despesas) receitas operacionais, líquidas	24	(29.070)	(42.136)	(72.310)
Resultado de equivalência patrimonial	8	551.257	(387.088)	-
Resultado antes das receitas (Despesas) financeiras	519.823	(434.084)	(220.581)	(320.729)
Receitas financeiras	25.1	78.111	2.752.372	6.717
Despesas financeiras	25.2	(10.061)	(21.159)	(56.469)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	587.873	(455.241)	475.322	(455.241)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15	2.080	-	114.631
Lucro (Prejuízo) do exercício	589.953	(455.241)	589.953	(455.241)
Lucro (Prejuízo) por ação ordinária (em Reais):				
Básico	26	22,0871	(17,0436)	22,0871
Diluído		22,0871	(17,0436)	22,0871

Demonstração dos resultados abrangentes exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do exercício	589.953	(455.241)	589.953	(455.241)
Outros resultados abrangentes	-	-	762	-
Resultado abrangente total do exercício	589.953	(455.241)	589.953	(455.241)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2022	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Valor justo
	1.419.403	(19.450)	-	10.675	162.792
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Conversão de debêntures – ajuste a valor justo, líquido IR/CS	-	-	-	-	1.105
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	(364.195)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.419.403	(19.450)	10.675	162.792	(364.195)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATMA Participações S.A. – Em Recuperação Judicial (ATMA ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, incisos II e III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo examinado o relatório da administração e as demonstrações financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e tomando como base e com base os esclarecimentos prestados pelos representantes da Companhia e da Mazars Auditores Independentes, é de opinião que as citadas peças, em todos os seus aspectos, examinadas à luz da legislação societária vigente, estão adequadamente apresentadas e recomendam o encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Foi solicitado pelos membros do Conselho Fiscal:

- Análise da recuperação do ágio e o imposto de renda e contribuição social diferido: administração irá conduzir a discussão desses itens, que dependerá do desempenho da companhia durante os próximos exercícios.
- Questionamos sobre a cédula de ajustes, fomos informados pela auditoria que os valores são imateriais. E não há saldos pendentes a serem ajustados de anos anteriores.
- Questionamos sobre as despesas de terceiros, fomos informados que a auditoria efetuou teste de voucher, e não foram identificadas divergências.
- Indagamos sobre erro e fraude, fomos informados que não foram identificados possíveis indícios de erros e fraudes.

- Questionamos sobre os eventos subsequentes, fomos informados que os eventos relevantes foram adequadamente divulgados.
- Indagamos se houve alterações nas práticas contábeis, e novos CPCs, fomos informados que não houve alteração nas práticas contábeis e não houve impactos dos CPC's na empresa.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2024.

Conselheiros:
Ricardo Saife Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Conselho de Administração
Raúl Andrés Ortúzar Ramírez
Mauro Antonio Cerchiarri
André Felipe Rosado França
Gustavo Scatamacchia dos Santos
Thiago Renno Osório

Conselho Fiscal
Ricardo Saife Monteiro
Ivan Vieira Ruivo
Hugo Tadao Ozawa

Rodrigo Santana Canhiçães
Contador - CRC 1SP257861/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Administradoras, Acionistas e Conselheiros da ATMA Participações S.A. (Em recuperação judicial) São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, da ATMA Participações S.A. - Em recuperação judicial ("ATMA" ou a "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Recuperabilidade de ágio

Conforme descrito nas notas explicativas de nº 08 e 10, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém registrado em seu balanço ágios gerados sobre a perspectiva de rentabilidade futura de diversas aquisições efetuadas no montante de R\$ 394.978 mil (R\$ 394.978 mil em 31 de dezembro de 2022) na controladora, e o montante de R\$ 640.465 mil (R\$ 588.294 mil em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. Pelo fato da estruturação financeira e tributária da Companhia, a administração está em processo de revisão das premissas utilizadas para conclusão do estudo de recuperabilidade e da documentação suporte sobre os referidos ágios. Desta forma, ficamos impossibilitados de concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre os saldos registrados na rubrica de ágio em 31 de dezembro de 2023, assim, como os elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 11, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 07 de junho de 2022, a ATMA e suas subsidiárias, ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob nº 1058559-70.2022.8.26.0100, o qual foi deferido em 15 de junho de 2022. Em 22 de agosto de 2022 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") em consolidação substancial das recuperandas, o qual foi aprovado em 5 de março de 2023, pelos credores na Assembleia Geral de Credores e homologado judicialmente em 4 de abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia após registrar os ganhos do PRJ aprovados em 4 de abril de 2023 e os ganhos tributários obtidos através dos órgãos fiscais no processo de parcelamentos tributários, a Companhia apresentou lucro no exercício e resultado do patrimônio líquido negativo. No entanto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ainda apresenta passivo circulante superior ao total do ativo circulante no montante de R\$ 3.096 mil na controladora e R\$ 57.444 mil no consolidado e prejuízos acumulados de R\$ 919.196 mil na controladora e no consolidado. Adicionalmente, conforme exposto nas notas explicativas de nº 12, 13, 14, 16, a Companhia ainda apresenta saldos elevados nas rubricas de fornecedores, encargos sociais, impostos, parcelamentos previdenciários e sociais, empréstimos e financiamentos, debêntures que foram renegociados com seus credores, porém, a liquidação ainda está diretamente ligada ao sucesso e execução do plano de recuperação judicial (PRJ). Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas no cumprimento do plano homologado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme divulgado na nota explicativa nº 18 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, civis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de registro de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada à possibilidade de mensuração confiável, esse item foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria. As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes estão apresentadas na nota explicativa nº 18 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 "Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos" em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 124.305 mil provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2023, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros:

- Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas;
- Obtenção de confirmação formal dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas;
- Reconciliação das cartas dos consultores jurídicos externos com a posição da conciliação das informações recebidas dos departamentos jurídicos utilizados como base para constituição das provisões financeiras e divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- Realização de testes nas despesas legais, com o objetivo de verificar se existiram assessores jurídicos efetivamente não cobertos pelos nossos procedimentos de solicitação de confirmação externa; e
- Revisão das divulgações sobre os riscos fiscais, civis e trabalhistas.

Envio de especialistas internos para avaliação do plano de pagamentos de parcelamentos tributários.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos efetuados, consideramos que as informações e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar a provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/93C0-643D-DC22-64EA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 93C0-643D-DC22-64EA



Hash do Documento

089EFA7816A809178082ECDBA0D01C5CF68214B4981520E4FEDCF39438761697

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 09/04/2024 23:39
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

